

Universidade Júlio Mesquita Filho
Departamento de Artes Visuais

Mariana Bastos Garcez



ARTE E CULTURA POPULAR EM PROJETOS
EDUCACIONAIS PARA MOVIMENTOS SOCIAIS:
As experiências do MST e do MTST

São Paulo
2021

Mariana Bastos Garcez

ARTE E CULTURA POPULAR EM PROJETOS
EDUCACIONAIS PARA MOVIMENTOS SOCIAIS:
As experiências do MST e do MTST

Trabalho de conclusão de curso de Artes Visuais, com a área de concentração em arte-educação, no Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista (Unesp), como requisito parcial para obtenção do título de graduação em Licenciatura em Artes Visuais.

Linha de pesquisa: Arte-educação

Orientadora: Rita Berti Berdariolli

São Paulo
2021

Ficha catalográfica desenvolvida pelo Serviço de Biblioteca e Documentação do Instituto de Artes da Unesp. Dados fornecidos pelo autor.

G215a	Garcez, Mariana Bastos, 1998- Arte e cultura popular em projetos educacionais para movimentos sociais : as experiências do MST e do MTST / Mariana Bastos Garcez. - São Paulo, 2021. 61 f. : il. color. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rita Luciana Berti Bredariolli Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Artes Visuais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Artes 1. Arte e sociedade. 2. Arte na educação. 3. Movimentos sociais. 4. Cultura popular. 5. Educação popular. I. Bredariolli, Rita Luciana Berti. II. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes. III. Título. CDD 700.4557
-------	--

Bibliotecária responsável: Laura M. de Andrade - CRB/8 8666

MARIANA BASTOS GARCEZ

ARTE E CULTURA POPULAR EM PROJETOS
EDUCACIONAIS PARA MOVIMENTOS SOCIAIS:
As experiências do MST e do MTST

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Instituto de Artes da Unesp
como requisito parcial para obtenção do
título de Licenciada em Artes Visuais.

Dissertação Aprovada dia 19/03/2021

Banca Examinadora

Rita Berti Bredariolli
Profª Drª Instituto de Artes Unesp- Orientadora

Profª Ma. Franciele Busico Lima
Instituto Singularidades

Profº Me. Diego Cuesta
Universidade de São Paulo

**Em memória a Lourdes Maria de
Pontes Gondim.**

AGRADECIMENTOS:

Gostaria de agradecer minha orientadora, a Prof^a Dr^a Rita Luciana Berti Bredariolli, pelos encontros tão significativos que tivemos ao longo desta pesquisa.

Agradeço à banca, que se propôs agregar nesse processo.

Também agradeço à Ana Lúcia Gondim Bastos, minha mãe, que sem seu acompanhamento, incentivo e companheirismo esse trabalho não teria acontecido.

Quero agradecer também à Jacqueline Brigagão, Ana Cláudia Bastos e Iva Rothe-Neves por tantas discussões e trocas importantes.

Além disso, a todos meus familiares que contribuíram para minha formação como pessoa, sempre apresentando princípios fortes e valiosos, com ênfase nas contribuições de minha irmã, Julia Bastos Garcez, pela construção conjunta de nossas trajetórias, meu avô, Joaquim José de Mello Bastos, que participou dos Movimentos Eclesiais de Base, sendo conteúdo vivo para a pesquisa, e meu pai, Cléber Garcez, que mesmo sem muita concordância me incentivou a seguir os caminhos que trazem significado para minha existência.

Gratidão aos meus amigos e companheiros de histórias e de vida, com os quais posso contar tanto, e cujas trocas afetivas e intelectuais foram determinantes nas minhas construções de narrativa.

Por fim, agradeço a todos os trabalhadores e trabalhadoras que compõem lutas e projetam uma transformação social significativa, que batalham cotidianamente por um mundo sem injustiças.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto o estudo das experiências educacionais e artísticas do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, entendendo a importância desse trabalho na interseção dos campos da Arte, Cultura Popular e Educação, para uma formação mais completa e emancipatória dos sujeitos. Nessa perspectiva, o objetivo da pesquisa é a reflexão de como toda essa experiência pode ajudar na construção do Setor de Educação do MTST - Movimento dos Trabalhadores sem Teto, apresentando e divulgando o histórico dos dois movimentos, e enaltecendo suas propostas educacionais que observam a combinação intrínseca desses campos de saber e expressão, para uma educação popular com fins revolucionários e não reformistas ou assistencialistas.

Palavras chave: Educação Popular. Movimentos Sociais. Arte e Cultura Popular

RESUMEN

Esa investigación tiene como objeto el estudio de las experiencias educativas y artísticas del MST - Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra, llevando en cuenta la importancia de ese trabajo en la intersección de los campos del Arte, Cultura Popular y Educación, para una formación más completa y emancipadora de los sujetos. En esa perspectiva, el objetivo de la investigación es reflexionar sobre como toda esa experiencia puede ayudar en la construcción del Sector Educación del MTST - Movimiento de Trabajadores sin Techo, presentando y difundiendo la historia de los dos movimientos, y exaltando sus propuestas educativas que observan la combinación intrínseca de estos campos del saber y expresión, por una educación popular con fines revolucionarios y no reformistas o asistenciales.

Palabras clave: Educación Popular. Movimientos Sociales. Arte y Cultura Popular

Sumário

1. Cultivando realidades transformadoras e semeando novos futuros: uma introdução.....	10
1.1 Levantamento Histórico de Movimentos Sociais e Educação Popular na América Latina e no Brasil	15
2. Colheitas de muitas lutas: a trajetória do Movimento de trabalhadores sem Terra (MST).....	25
3. A educação emancipatória na formação de sujeitos militantes: caminhos nos campos fecundos, repletos de sementes.....	32
3.1 O método Yo Sí Puedo, e sua potencialidade no projeto de uma Educação para Jovens e Adultos no movimento.....	33
3.2 Sobre o 8º Caderno de Educação do MST, princípios e valores.....	35
3.3 O pensamento de Paulo Freire nas perspectivas educacionais do MST.....	39
3.4 Pedagogia revolucionária e a perspectiva socialista do MST.....	41
4. A indissociável tríade: Arte, Cultura e política no MST.....	42
4.1 A relação entre Educação e Cultura no Movimento dos Trabalhadores sem Terra.....	47
4.2 Experiências Artísticas do MST.....	48
5. Sobre o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), uma trajetória de luta, no contexto urbano	50
5.1 O encontro com o sonho de uma transformação social.....	55
6. Considerações finais: um olhar para o passado para construir o futuro.....	60
7. Referências Bibliográficas.....	63

1- Cultivando realidades transformadoras, semeando novos futuros: uma introdução

Entender todos esses processos de interseção dos campos da Arte, Cultura Popular e Educação, para uma formação mais completa e emancipatória dos sujeitos por toda a América Latina, se faz de muita importância no contexto desta pesquisa, que objetiva reflexão de como toda essa experiência pode ajudar na construção do Setor de Educação do MTST - Movimento dos Trabalhadores sem Teto. Além da realidade em questão estar inserida nesse contexto, entende-se que há uma forte conexão entre movimentos sociais em toda a região, principalmente nas lutas por terra. A Via Campesina, organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais e organizações de todo o mundo, é um forte exemplo disso. São também evidentes, as interferências intelectuais neste continente; as trocas acontecem com intensidade justamente por ser um território que compartilha muitas similaridades em relação às histórias e demandas sociais (cada país e região com suas particularidades, claro). Mas o que cabe destacar de mais importante é que as referências muitas vezes são compartilhadas, assim como objetivos e necessidades, tal é o caso da Alfabetização de jovens e adultos, e propostas para o fim do analfabetismo.

Vivemos em um momento histórico extremamente conturbado, no qual as desigualdades e injustiças, criadas pelo sistema capitalista, estão cada vez mais profundas e insuportáveis.

Os aparelhos ideológicos do estado burguês atravessam todas as áreas de nossas vidas. A Cultura e a Educação são áreas fundamentais para a manutenção dessa estrutura social, construída historicamente em cima de exploração e com uma lógica mercadológica, na qual o dinheiro vale mais do que as vidas.

Por isso mesmo, essas áreas têm um potencial transformador e revolucionário, essencial para pensarmos em uma mudança estrutural da sociedade.

Quando escolhi me aprofundar nessas áreas do conhecimento, por meio da universidade, ainda não era capaz de compreender a força dessa combinação (nem para mim como indivíduo, nem para a sociedade). No início de minha trajetória universitária, incomodava-me pensar nas artes visuais como uma área tão descolada das possibilidades de transformações sociais mais pragmáticas. Hoje,

tenho a consciência de que os possíveis deslocamentos da Arte em nossas vidas cotidianas é justamente um artifício dessa estrutura perversa que nos separa dos significados e significâncias da existência.

A arte é fundamental para o ser humano atribuir significado ao mundo que se vive. Isso é algo muito presente nos movimentos sociais, para o projeto de reforma agrária popular do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Por exemplo, tão importante quanto ocupar a terra é manter viva a poesia (Caderno de Cultura MST, 2018). E isso fala muito da motivação deste trabalho que articula, educação em movimentos sociais e a possibilidade de expressão artística.

Minha trajetória na militância começa até mesmo antes de meu nascimento, na história de minha família materna.

Meu avô, nascido e criado em Belém do Pará, por sua cultura religiosa, começou uma bela história de militância política com o movimento da juventude católica enquanto aluno secundarista, chegando a ser representante da região Norte do país na Coordenação Nacional da JEC (Juventude Estudantil Católica), o que motivou sua vinda para o sudeste (Rio de Janeiro) aos seus dezoito anos. Na vida universitária, foi aluno da primeira turma de Engenharia no campus do Fundão, e em 1963 foi eleito presidente do Diretório Acadêmico da Escola, cargo que ocupava quando do golpe militar de 1964. Preso na ditadura, acabou se afastando da militância, já então clandestina, com o nascimento de minha mãe, sua primeira filha, que aconteceu, ainda durante o regime militar, em 1971.

Minha avó, criada por sua avó em Fortaleza, também teve militância na política estudantil secundarista enquanto concluiu o curso Normal (formação em recursos pedagógicos orientados à escolaridade infantil, que assim permitia lecionar para crianças). Escolheu se graduar em Pedagogia mais tarde, depois do nascimento de seus três filhos. Ao concluir o segundo grau, se mudou para Belém aos 19 anos, casou-se aos 20 e teve sua primeira filha com 21, já no Rio de Janeiro, morando na Ilha do Governador. Ela é uma forte referência em minha formação.

Lourdes, esse era seu nome, sempre teve uma militância forte, petista fervorosa, e indignada com as injustiças sociais, participou ativamente de minha formação, com conversas carinhosas e muito enriquecedoras. Ela e minha mãe me ensinaram que amar é um ato revolucionário.

Cresci, portanto, escutando histórias de tempos passados, e que valorizavam sempre aqueles que lutavam por uma mudança social.

Vivo em situação financeira confortável; estudei em colégios particulares e meus pais têm casa própria. Mesmo assim, não consigo dizer que minha realidade é confortável, já que é insuportável aceitar nossas estruturas sociais tão perversas e que, estando inserida nessa realidade, é meu dever lutar para transformá-la.

Por isso, ao longo de minha vida busquei espaços para discussão, análise e transformação da realidade, e foi assim que cheguei no MTST. No final de 2018, entrei no segundo ano do processo de formação do trabalho de base. Durante o ano de 2019, passei trabalhando para que eventos, reformas, reuniões e manifestações acontecessem na região do Grajaú, zona periférica de São Paulo (cada grupo se dirigiu a uma ocupação do movimento em São Paulo). Em paralelo a isso, participei de diversos eventos de formação militante, nos quais, companheiros(as) da Brigada de Formação, formularam encontros e propuseram discussões que compunham o caráter teórico da militância.

Em 2020, com o resultado de empreitadas das brigadas de trabalho de base, surgiram novos projetos, como o cursinho popular, a horta comunitária, dentre outros. Foi nesse contexto que a vertente de alfabetização foi criada e os antigos brigadistas se redirecionaram para as novas frentes de atuação. Passei, então, a fazer parte da Brigada de Alfabetização do MTST.

Nesse processo, de criação de uma proposta educacional para o Movimento, foi que me familiarizei com o conceito de Educação Popular, e se iniciou um profundo interesse em conhecer a teoria e os modos de prática desta vertente educacional, além de me questionar como a Arte e a Cultura poderiam dialogar com o processo de ensino-aprendizagem e enriquecê-lo.

Esta pesquisa se presta, portanto, a um aprofundamento do estudo da experiência de Educação e Cultura popular do MST, que ao longo dos anos vem representando uma mobilização social de extrema importância para a garantia de defesa dos direitos dos trabalhadores. O objetivo específico deste estudo sistemático, e análise da experiência do MST, já com tantos resultados observáveis, é o da utilização desse material como suporte na construção de uma frente alfabetizadora no MTST, articulando teoria e prática.

Um ponto de convergência entre os Movimentos, o qual é essencial a sua elucidação, para a compreensão geral destes, é o protagonismo das mulheres na luta.

Presentes em todos setores e instâncias do movimento, elas têm sido fundamentais no desenvolvimento das ações em todos os níveis; toda essa percepção das desigualdades de gênero tão intrinsecamente instituídas em nossa sociedade resultou na criação do coletivo Nacional de Mulheres do MST. No caso do MTST, também há um coletivo de mulheres; elas que escrevem o prefácio do livro “MTST, 20 anos de história” (2017), ressaltando as dificuldades que as mulheres periféricas enfrentam para permanecer na luta, e estabelecendo que a luta por moradia (assim como a por terra) é mobilizadora para as mulheres, já que representa sobrevivência e autonomia afetiva. Um lar não é só um teto, é a possibilidade de uma vida mais feliz. Sobre as mulheres na luta elas colocam :

Quantas barreiras uma mulher periférica precisa ultrapassar para estar na luta? Além das dificuldades em ser mãe, trabalhadora e marginalizada, o que a mulher enfrenta para entrar na política, lugar tradicionalmente ocupado por homens?

Não fossem as mulheres sujeitas, queimadas na fábrica, donas do ventre, queimando sutiãs, comandantes revolucionárias, duras e doces, com fuzil e flores, bravura e delicadeza... Não fossem as Dandaras do quilombo, as Marias do sertão, as Rosas da Revolução, as Dorothys da Missão...

Não fossem as guerreiras que sustentam o dia a dia das ocupações e tantas outras esquecidas, estaríamos ainda saindo das costelas de nossos amados.

(SIMÕES; CAMPOS; RUD 2017, p. 9)

Há uma perspectiva em ambos movimentos de um feminismo popular, que pretende quebrar rótulos e que busca nas práticas reais e cotidianas solucionar os efeitos das práticas machistas e patriarcais.

É essencial destacar, ainda, que há um horizonte que permeia toda esta pesquisa, pois é impossível falar de classe sem articular com gênero e/ou raça. O que quero deixar explícito é que quando coloco “a classe trabalhadora” há necessariamente um recorte de raça e gênero, uma colisão de estruturas, cruzamento e sobreposição de opressões (Akotirene, 2019), já que o sistema capitalista faz uso de ferramentas racistas, machistas e LGBTQIfóbicas para sua estruturação e manutenção. O maior exemplo disso é a realidade ainda pautada numa matriz escravocrata de nossa nação, a qual se formou com base no

sequestro, estupro e tortura, por parte dos europeus, de outras populações (indígenas e africanas, no caso do Brasil).

O contexto desta pesquisa ganha complexidade, por ter sido escrita no meio de uma pandemia mundial (a do COVID-19). Um momento histórico que aprofundou e explicitou ainda mais as desigualdades, além de ter retirado a esperança e perspectiva futura, de muita gente:

Acontecimentos sociais e políticos, nacionais e internacionais, revelam uma nova montagem da ordem mundial e têm abalado nosso cotidiano. Conquistas que pareciam sedimentadas na direção da democracia e nos temas relativos aos direitos humanos, avanços sociais e considerações éticas na vida política têm sido substituídos por chavões e discursos de ódio, racistas e xenófobos, sob a lógica da guerra. Neste momento, a população do planeta é abalada pela pandemia da Covid-19. Reconhecida como a maior crise sanitária dos últimos anos, coloca em cena dimensões econômicas, sociais, políticas e subjetivas. Os adoecimentos e mortes causadas pela covid-19 constituem níveis de questões e de sofrimento ainda não possíveis de serem compreendidos e dimensionados.(DEBIEUX; FERREIRA; ALENCAR 2020, p.17)

Para mim, esta pesquisa, então, se configurou como algo muito além de um simples trabalho de fim de curso, que já seria importante o suficiente, diga-se de passagem. Mas, o momento histórico no qual acabou acontecendo, fez com que ele ganhasse importância maior, qual seja a de não me permitir deixar de esperar, como aconselhava Paulo Freire:

É preciso ter esperança, mas ter esperança de esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com os outros para fazer de outro modo (FREIRE, 2014 pg.103)

Ter a perspectiva de uma mudança social prática, articulada com um trabalho de base e, no horizonte, a queda desse sistema, se faz primordialmente importante em um momento de tanta desesperança.

Assim, a importância da pesquisa reside na reiteração da relevância desses movimentos sociais, essencialmente comprometidos com profundas transformações sociais e cuja atuação já se faz ver nacional e internacionalmente (tanto o MST

quanto o MTST, têm relação com movimentos por toda América Latina). Como não poderia ser diferente, sempre articulando teoria e prática na construção de novas realidades.

1.1 Levantamento Histórico de Movimentos Sociais e Educação Popular na América Latina e no Brasil

“A origem é o alvo”

Karl Klaus

A América Latina é composta por uma série de países que refletem, de especial maneira, a desigualdade social, fruto de processos de colonização, extremamente violentos que contaram com usurpação das terras e riquezas de povos que nela já habitavam, além de um processo horrendo de tráfico de pessoas escravizadas. O curso da história reflete que essa dependência econômica colonial ainda está presente nos países Latino Americanos, como aponta Conceição Paludo:

Os processos de independência possibilitaram o nascimento de nações que continuaram dependentes, exploradas e servis. A formação dos estados nacionais não foi acompanhada de menor exploração do trabalho, valorização da cultura dos povos nativos e de seus descendentes, dos escravos libertos e nem de um desenvolvimento voltado para as necessidades internas. A industrialização foi forjada no ideário do crescimento econômico e não no de desenvolvimento humano e, portanto, social; nunca deixou de estar ligada aos interesses internacionais, importando tecnologia e fornecendo produtos aos mercados; as mudanças foram realizadas com o suprimento externo de capital e o controle financeiro. Isso impediu o desenvolvimento em bases autônomas e não permite a superação do colonialismo. (PALUDO, 2015, p. 221-222)

Esse processo colonizador que aparece até os dias atuais, pode performar de três diferentes níveis: político, econômico e ideológico. Tal consolidação do poder burguês hegemônico -e dependente- desencadeou inúmeras revoltas das classes populares:

Na América Latina, o movimento de consolidação da ordem burguesa foi acompanhado da resistência das populações empobrecidas: criollos, que se destacaram na liderança, negros, mestiços, brancos das camadas mais pobres e indígenas. Nas lutas anteriores às da independência, pode-se lembrar da revolta dos índios descendentes dos incas, liderada por Túpac Amaru, no Peru, ocorrida no

século XVI; e de Zumbi dos Palmares, brasileiro, que se manteve durante todo o século XVII. (PALUDO, 2015, p. 223)

A construção da Educação Popular, portanto, é uma importante conquista relacionada às lutas por garantia de direitos da classe trabalhadora, com características específicas nessa região do globo, que geralmente estão vinculadas com ideais de emancipação dessa classe e com o anticolonialismo.

Segundo Mejía Jiménez (2014) podemos dividir os principais marcos da formação da Educação Popular, desde seus primórdios, a partir de 5 acontecimentos históricos: Movimentos de independência, Universidades Populares da primeira metade do século XX, formação das escolas indígenas, construção de projetos educacionais voltados aos grupos mais vulneráveis da sociedade e a educação popular do educador Paulo Freire.

1. Movimentos por independência: Simón Rodríguez (1769-1854), preceptor de Simón Bolívar (líder político venezuelano de relevante atuação nos processos de independência de vários países da América do Sul) apresenta, em seus escritos, a idéia de educação popular atrelada a três conceitos base: Primeiramente, de sermos americanos e não europeus, que portanto sejamos inventores e não copiadores. Depois, que a educação deve estar ao serviço dos educandos, nunca das classes dominantes. Por fim, a educação deve favorecer um ofício, para “ganarse la vida por sus propios medios” (MEJIA 2014)
2. O Segundo momento apresentado pelo autor como marco da Educação Popular seria o das tentativas de construção das Universidades Populares, que tiveram maior êxito no México, Peru e El Salvador. São datadas da primeira metade do século XX e visavam elaborar um currículo diferenciado, que mudasse o modo de construção do processo educacional, criar uma consciência do papel histórico social dos trabalhadores e a partir daí, favorecer organizações para que seus direitos fossem assegurados.
3. O terceiro marco de grande importância foram as escolas que valorizam os conhecimentos indígenas (quéchua e aymara). O principal exemplo desse movimento foi Ayllu de Warisata, na Bolívia. Seu principal mentor, Elizardo Pérez (1962). Entre seus principais fundamentos estariam: entender o processo educativo como em constante movimento, criador de cultura e

transformação social; entender que as perspectivas indígenas têm uma concepção própria de educação intrinsecamente atrelada a sua cultura, além conceberem uma pedagogia baseada no trabalho. Por último, entendia-se que a escola transbordava de seu espaço físico, estava mesclada com sua comunidade.

4. O quarto ponto marcante desse processo apresentado pelo autor, seria a construção de projetos educacionais focados nos grupos mais vulneráveis da sociedade. Um exemplo expressivo desse período foi o Movimento Fé e Alegria (Movimiento Fe y Alegría - 1956), no qual, P. Veláz almejando a criação de um projeto educacional integral como base do movimento coloca os princípios:

"Educación para romper las cadenas más fuertes de la opresión popular mediante una educación cada día más extensa y cualificada."

"La desigualdad educacional y por lo tanto cívica de nuestra sociedad pretendidamente democrática, en la que los privilegiados de clase reciben todos los recursos académicos, técnicos y culturales para ser los dueños del pueblo."

"Después de tanta lucha no nos podemos resignar a vivir en una justicia media. Éste debe ser el momento más alto, más claro, más resonante de nuestra justicia integral."

"Fe y Alegría nació para impulsar el cambio social por medio de la educación popular integral." (MOVIMIENTO FE Y ALEGRIA, 1981. apud. MEJÍA, 2014 p. 5)

5. Por fim, na década de 60 do século XX, Educação Popular teve como seu principal expoente Paulo Freire que sistematizou, pensou e construiu toda uma série de pensamentos -culminaram em livros- que discutem a educação como libertadora, emancipatória e crítica. Nesse mesmo período estavam sendo concebidos em toda América Latina, concepções e práticas que criticam todas as formas de colonialismo presentes na região.

Além desses marcos apontados por MEJÍA, vale destacar, ainda, a percepção de Paludo (2015), sobre o período no qual se firma a Educação Popular. A autora salienta que o primeiro período ao qual se vincula a formação desta perspectiva educacional, seria justamente nos processos de luta e resistência anticolonial. O segundo e o terceiro período, consecutivamente, seriam: entre 1930 e 1960 - considerado um momento desenvolvimentista- e após a onda de ditaduras - ocorridas entre 1960 e 1980- nos processos de redemocratização na América Latina.

Paludo, ainda coloca que “A Educação Popular se firma em um período em que as análises teóricas salientavam que o Estado e a educação, notadamente formal, reproduziam as relações econômicas e socioculturais” (PALUDO 2015), além de contextualizar essa consolidação em um período de grande avanço em teorias da área das Ciências Humanas e avanços, também, nos estudos e entendimento das sociedades latino-americanas. Continua por ressaltar a importância de pensadores como José Martí e Mariátegui como fundamentação teórica e ainda a influência do pensamento de Frantz Fanon para as concepções, posteriormente elaboradas por Paulo Freire.

A partir desse parâmetro geral dos principais marcos latino americanos, para o que hoje conhecemos como Educação Popular, tracei pontes dessa história ocorrida dentro do Brasil, com suas particularidades de contexto.

Os primórdios dessa perspectiva educacional aparece mais explicitamente no Brasil a partir de um breve processo de industrialização ocorrido no período de transição entre o império e a primeira república. No fim do século XIX, a partir das lutas operárias - atreladas a correntes filosóficas tal qual o comunismo, o socialismo ou o anarquismo - que reivindicavam alfabetização para a grande parte da população. Suas perspectivas também reivindicavam a capacitação para o trabalho e emancipação da classe oprimida (SCOPEL, OLIVEIRA 2018). Com a estruturação dos sindicatos a luta por uma escola crítica e emancipatória de fato ganhou força e experiências práticas tomaram forma. É o exemplo da escola Barnabé, uma escola para trabalhadores em São Paulo; e na Bahia, o Centro Operário abriu uma série de escolas para o proletariado.

As práticas do Movimento Operário neste período indicavam uma “[...] leitura crítica da realidade, uma compreensão da educação inserida no contexto sociopolítico e a compreensão do papel da educação para a formação humana e para a construção de um mundo melhor [...]” (PALUDO, 2001, p. 85-86, apud SCOPEL, OLIVEIRA, 2018, p. 338-239).

Percebemos, assim, a influência e importância desses movimentos para a concepção de uma pedagogia emancipatória. A perseguição aos comunistas a partir da década de 30, com Getúlio Vargas, desmobilizou essa movimentação (FERRAZ, 2019). E, então, com o fim da 2ª guerra mundial, ideais democráticos ganharam força pelo mundo, influenciando as mobilizações nacionais e alavancando

movimentos pela educação das massas. “Na medida em que se buscava o progresso social e econômico da nação, tornava-se necessário pensar em uma política de Educação de base, na qual, além da alfabetização, a população tivesse acesso a um ajustamento social, ou seja, buscava-se a adaptação dos desfavorecidos ao mundo moderno.” (PEREIRA, PEREIRA, 2010). Na época, os olhares se voltaram às comunidades rurais. Fazer com que as pessoas do campo tivessem noções de escrita e leitura tornou-se um aspecto importante para torná-los mais aptos para a produção.

É nessa época, também, que vários líderes tomam medidas populistas, como um modo das elites contornarem movimentos sociais nessa nova estrutura liberal. Na década de 50, as discussões acerca da educação de jovens e adultos (EJA), emergem com mais força no Brasil. A visão preconceituosa que se tinha sobre analfabetos como inválidos ou incapazes é colocada em cheque. Figuras como a de Paulo Freire surgem, trazendo questionamentos inovadores e transformadores. Começou-se a se perguntar, “A serviço de quem educamos? Para quem educamos? O que ensinamos? Como ensinamos?”.

Na primeira metade dos anos 60, os movimentos voltaram-se à promoção da cultura popular, questionando-se não apenas sobre a “[...] forma ingênua e folclórica” (FÁVERO, 1983) como se pensava a cultura do povo brasileiro, mas também, e principalmente, sobre os usos políticos de dominação e alienação da consciência das classes populares. O que se pretendia era a construção de um projeto político que possibilitasse superar a dominação do capital sobre o trabalho e, assim, reformular tudo que dessa dominação decorria.(...) Nesse mesmo período, Freire desenvolveu uma experiência em alfabetização de adultos [...] na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1962 (CALDART & KOLLING, apud. PEREIRA, PEREIRA 2010, p. 76)

Foi nesse contexto que Paulo Freire criou a metodologia da Educação para liberdade, questionando o que ele próprio chamou de educação bancária, qual seja a que se preocupava em “depositar” conteúdos, colocando os educandos numa posição de passividade em relação ao seu processo de aprendizagem. Era um momento de efervescência no cenário político educacional brasileiro.

Em 1964, ocorreu o golpe militar, que por meio de atos institucionais, o mais impactante até então, o 5º (AI 5), combateu com muita violência a todos que discordavam das medidas governamentais e afastou completamente a população

das decisões políticas. Tortura e assassinato de pessoas que questionavam o sistema vigente tornaram-se explícitas, frequentes e legitimadas pelo governo militar. Isso desencadeou um dissolvimento de movimentos sociais e levou as organizações anti sistêmicas à clandestinidade.

Destaco aqui, a importância das Comunidades Eclesiais de Base, movimento católico que operou nas regiões carentes das cidades como pólo de resistência ao aparato opressor da ditadura. Em entrevista com Joaquim José de Mello Bastos, que esteve membro da Coordenação Nacional da Juventude Estudantil Católica - JEC no período (60-63), ressaltou que o movimento pelas Comunidades Eclesiais de Base sucedeu a militância católica que até ao golpe militar atuava na sociedade pelos movimentos de jovens, nos diversos segmentos laborais: agrário - JAC; estudantil secundarista - JEC; profissionais autônomos - JIC; operário - JOC; estudantil universitário - JUC. Essa militância católica foi perseguida e reprimida a assim inviabilizada naquela configuração, o que ensejou o movimento das Comunidades Eclesiais de Base, inspiradas pela Teologia da Libertação, que sistematizou e referenciou essa atuação da militância católica, apoiando a organização local estruturada da sociedade, evidenciando o protagonismo social de cada um, robustecido pela ação coletiva, para a livre manifestação reivindicativa de seus direitos ao atendimento, pelo poder público, das suas demandas locais, inseridas no contexto nacional. Objetivava a afirmação dos direitos de cidadania na busca por justiça e equidade social. Nome expressivo da implantação das Comunidades Eclesiais de Base é o frade dominicano Frei Betto.

Apenas no final da década de 70, com o enfraquecimento do governo militar, que organizações populares voltaram a ganhar mais força e visibilidade:

Não é pura coincidência que a crise da ditadura militar, vivenciada no final dos anos 70, coincidiu com a ascensão dos movimentos sociais no Brasil. Durante essa década, outras formas de manifestar oposição ao regime foram surgindo. Mais uma vez o povo volta às ruas, embora a repressão ainda existisse de forma disfarçada. Aumentaram os movimentos contra o custo de vida, movimentos pela anistia, pela democracia e abertura política. Os movimentos populares ganharam corpo, retornaram às ruas, com greves, manifestações políticas e se espalharam pelo Brasil. (PEREIRA; PEREIRA, 2010, p.. 79).

A década de 80, trouxe muitos ganhos para a democracia, com o movimento Diretas Já, a redemocratização do Brasil, e a constituição de 88, estabelecendo

direitos básicos à população, o que, conseqüentemente, ganhou respaldo para as lutas sociais.

Os anos 80 são fundamentais para compreensão da construção da cidadania dos pobres no Brasil, em novos parâmetros. Embora com estatuto de cidadãos de segunda categoria, os pobres saíram do submundo e vieram à luz como cidadãos dotados de direitos - direitos esses que são inscritos na constituição, mas, usualmente negados ou ignorados na prática. (GOHN, 1995, p. 124)

Em termos econômicos, nos anos finais dessa década, assistiu-se a uma crise por decisões de caráter neoliberais, que fizeram a população (em especial as camadas populares) sentirem o efeito negativo das privatizações e desligamento do Estado em áreas sociais (GOHN 1995). Causando, assim, um forte desencanto das massas, que acabaram por se organizar de outra forma.

Nos anos de 1990, o plano das lutas sociais se redefine, o enfoque em questões morais - não mais econômicas - acabam ganhar protagonismos nas articulações das reivindicações. A busca por bens de consumo individual e não mais pela construção de infra-estrutura básica para produção de bens coletivos marcam essa transição. Além da retomada da questão dos direitos sociais tradicionais, que ainda não foram solucionados no país (GOHN 1995).

Cumprir destacar que as mobilizações coletivas nos anos 90 partem de um chamamento à consciência individual das pessoas e elas, usualmente, têm se apresentado mais como "Campanhas" do que como movimentos sociais (GOHN 1995 pg. 125)

Há ainda outro trecho importante da autora de ser ressaltado, pois Gohn elucida muito concretamente o contexto desse período:

Trata-se das novas orientações voltadas para a desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade como um todo, transferindo responsabilidades do Estado para as "comunidades" organizadas, com a intermediação das ONG's, em trabalho de parceria entre o público estatal e o público não-estatal e, às vezes, com a iniciativa privada também. (GOHN, 1995, p. 126)

Após a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2003, uma onda de esperança tomou as classes oprimidas da sociedade. Agora, o governo iria prestar atenção em suas necessidades - dado que o Partido dos Trabalhadores foi criado, na década de 80, visando um projeto democrático e participativo. De fato

houve ganhos nesse período (governo petista 2003-2016): a criação do Bolsa Família e outros programas do governo, tiraram o país do mapa da fome, aumentaram o número de vagas no ensino superior, houve também a criação de um programa nacional de moradia.

Contudo, a continuidade de políticas econômicas de governos anteriores (como o de Fernando Henrique Cardoso 1995-2003), com uma visão liberal da economia, aprofundou o Brasil no sistema do capitalismo dependente, exportador de commodities e pouco industrializado, não transformando de fato a realidade do país. Além disso, para a implementação de muitos desses projetos estatais, ocorreram alianças com diversas empresas privadas de grande capital;

Na educação, o governo federal ampliou o número de vagas no ensino superior e nas escolas de educação tecnológica para o ensino médio, mas essa ampliação se fez por meio, principalmente, do financiamento público da rede privada de educação superior. Na saúde, as organizações sociais se tornaram gestoras de hospitais públicos por meio de convênios e contratos.

Mesmo a criação, depois de décadas de luta do movimento nacional de moradia, de um programa federal de habitação, esse programa (o programa Minha Casa, Minha Vida) foi formulado a partir de conversas com empresários do setor imobiliário e da construção civil e sua principal característica é o financiamento público de empreendimentos imobiliários privados, por meio de acesso ao crédito habitacional nos bancos públicos (FERRAZ, 2019)

Ao longo dos anos, foi-se percebendo que o caráter conciliador do governo, não iria garantir tantas novas conquistas. Estabeleceu-se com os movimentos sociais, uma relação muito mais formal do que substantiva. Esse período também significou a inserção de lideranças em órgãos estatais e em espaços institucionais de participação popular, desencadeando uma busca que, não mais era reivindicada na luta e na ação direta, e que levou muitos movimentos sociais a buscarem seus objetivos pela cooperação e negociação. (FERRAZ 2019)

Além disso, o avanço neoliberal levou cada vez mais a aproximação entre os movimentos sociais com ONGs (organizações não governamentais) e OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), por não esperarem mais que suas reivindicações fossem acatadas pelo Estado.

Em relação à década de 10 do século XXI, a autora destaca:

Embora tenha crescido o número de áreas em que foram realizadas conferências nacionais para discussão da política, assim como as consultas públicas para projetos governamentais (Fagnani 2011), todas as decisões tomadas pelo governo federal estavam subordinadas ao projeto político de sustentação do modelo econômico de desenvolvimento baseado na subordinação aos interesses do capital financeiro internacional e na produção de produtos primários (Petras 2013). Houve um aprofundamento de relações com os movimentos sociais nas quais estes se transformaram em meros apoiadores das decisões partidárias e programas governamentais, esvaziando as possibilidades de uma relação baseada na crítica e na retroalimentação entre partido e movimentos. (FERRAZ, 2019, p. 359)

Vivenciamos, em 2013, uma grande movimentação da população que clamava por diversas reivindicações e mudanças, porém sem muita organização e pautas específicas. O grito “Não é só pelos 20 centavos” (que se refere ao aumento na tarifa do transporte), não dizia ao mesmo tempo pelo o que era, e assim, muitas pessoas com reivindicações diversas se encontram sem, necessariamente, que tivessem um objetivo comum.

Em 2016, um golpe de estado passou a evidenciar o estado de exceção no qual vivemos, fazendo com que seja cada vez mais necessário criarmos uma cultura de resistência e estabelecimento de uma luta estruturada, anticapitalista. Sobre o golpe destaca-se seu caráter parlamentar-jurídico-midiático. Foram muitos os fatores que desencadearam no Impeachment de Dilma Rousseff, em artigo sobre o tema o economista Pedro P. Z. Bastos ressalta:

Em um momento de ampliação de conflitos sociais e políticos, e em uma fase de desaceleração do ciclo econômico, o governo preferiu realizar políticas que, teoricamente, apaziguariam a insatisfação empresarial, ainda que prejudicassem seus próprios aliados na base. O resultado foi o oposto do esperado: além de aprofundar a recessão e o afastamento empresarial, a virada na política econômica alienou parte da população para quem era verossímil a acusação de “estelionato eleitoral” (ou mesmo “traição”) feita pelos grandes meios de comunicação e pela oposição partidária. (BASTOS 2017 p.5)

Na contemporaneidade, é inevitável ressaltar a influência que as redes sociais têm em nossas vidas, influenciando também, as relações com movimentos sociais, manifestações e reivindicações populares. Se caracterizando pela fluidez, por não apresentar muitas hierarquias, por representar uma multiplicidade organizacional e ideológica e ainda pelo seu pluralismo, as redes sociais e

plataformas digitais estão tomando protagonismo no que diz respeito a mobilizações sociais (um exemplo marcante dessa influência foram as manifestações de junho de 2013 em decorrência a profunda crise de 2008). As redes ainda combinam muito bem com a insatisfação de muitos, em relação a burocratização de movimentos sociais e sua relação com partidos políticos (FERRAZ 2019)

A autora conclui seu raciocínio em relação ao momento atual destacando que:

O que se por um lado aumenta a capilaridade de movimentos que agora se organizam como redes, fóruns, frentes e coletivos, por outro, os tornam cada vez mais plurais em suas formas de organização e em seus horizontes ideológicos e políticos e dificulta a construção de projetos societários de oposição e enfrentamento à ordem do capital. Na construção dos atuais movimentos sociais parece sobressair a necessidade de constituição, no mundo virtual e no mundo real, de espaços e formas de sociabilidade em que diferentes ideias, posições e mesmo projetos societários possam ser expressos. O mais importante parece ser a própria existência do movimento e as formas de expressão de seus anseios (a música, o teatro, o escracho, o filme, o meme). Uma vez que pouco se espera das estruturas políticas existentes (partidos, sindicatos, parlamentos), a maior conquista, no momento, parece ser o desejo, ainda que sem direção, de mudar. Quais mudanças e como essas mudanças serão processadas é uma questão em aberto. (FERRAZ, 2019, p. 361)

Hoje temos movimentos sociais bem estruturados e que, entendendo que o governo é um aparato burguês de manutenção dos privilégios, lutam diariamente para a garantia de direitos das comunidades mais vulneráveis, onde a educação popular entra em cena resgatando as ideias de Paulo Freire.

Vale destacar que uma das características da educação popular, como concepção pedagógica e prática social é a sua centralidade nos contextos políticos, sociais e culturais em que se desenvolve. Com uma prática permanente de questionamentos e resistências às realidades injustas, incorpora a realização de leituras críticas dos contextos locais, nacionais e continentais de onde atua, em articulação com as lutas e movimentos populares (TORRES, 2013).

O governo de Bolsonaro, insiste em colocar em xeque todas as conquistas sociais adquiridas até aqui, e desvaloriza, abertamente, setores estatais que cuidam da Educação e da Cultura, sucateando aparelhos estatais e retirando cada vez mais verba de projetos relacionado à essas áreas (Além de que hoje temos os índices mais altos de desmatamento da Amazônia dos últimos dez anos (IMAZON

2020), o desrespeito às terras indígenas (CASTILHOS, G1 2020) e de manter um discurso de ódio que incentiva atitudes que vão contra os direitos humanos (SEVERO, CARTA CAPITAL 2019), entre outras atitudes inaceitáveis para um presidente. Apesar disso, temos uma forte resistência que tem consciência e a missão de criar uma Educação Popular emancipatória, conscientizando as pessoas de seus direitos; que através da problematização possamos nos compreender como sujeitos históricos engajados e ativos, buscando o fim das desigualdades socioeconômicas e, portanto, desse sistema imperialista, exploratório que nos oprime e degrada profundamente.

2- Colheitas de muitas lutas: a trajetória do Movimento de trabalhadores sem Terra (MST)

Antes de me deter numa reflexão sobre a prática educativa que está sendo desenvolvida no MTST-SP - que será trabalhada mais profundamente no capítulo 4 - darei atenção a outra experiência, já muito bem consolidada, de educação popular vinculada a movimento social.

O MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, surgiu no Brasil a partir da luta camponesa.

Desde os primórdios da colonização portuguesa, os latifúndios têm protagonismo nas políticas de distribuição de terras. A grilagem (apropriação de terras por documentação falsa) originou-se em 1850, ano que se proibiu o tráfico de pessoas escravizadas, e também, quando se decretou a Lei de Terras, consolidando a concentração fundiária.

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionaes e de estrangeiros. (BRASIL, 1859)

A Reforma Agrária, portanto, é uma luta que pretende transformar a realidade do campo; priorizando o pequeno produtor e a agricultura orgânica, no lugar de grandes latifúndios, muito dos quais improdutivos, que exaurem a terra com monoculturas e agrotóxicos e exploram o trabalhador do campo, o qual sem alternativa tem que trabalhar muitas vezes sem nenhum direito garantido.

A semente para o surgimento do MST talvez já existia quando os primeiros indígenas se levantaram contra a mercantilização e apropriação pelos invasores portugueses do que era comum e coletivo: a terra, bem da natureza.

Como imaginar o MST sem o exemplo de Sepé Tiarajú e da comunidade Guarani em defesa de sua terra sem Malês, da resistência coletiva dos quilombos ou de Canudos ou sem o aprendizado e a experiência das Ligas Camponesas ou do Movimento de Agricultores Sem Terra – Master? Por tudo isso, nos sentimos herdeiros e continuadores das lutas pela democratização da terra e da sociedade.(MST)

A história mais recente do MST, tem início no Rio Grande do Sul, quando em setembro de 1979, centenas de agricultores ocuparam as Granjas de Macali e Brilhante, terras devolutas do Estado em processo de cessão à particulares, lutando por uma condição de trabalho mais digna à sua sobrevivência. Mas foi em 1981 que um novo acampamento surge, nesse mesmo Estado: A Encruzilhada Natalino, que se tornou símbolo nacional da luta contra ditadura, ganhando apoio da sociedade civil, que lutava pelo fim do regime militar.

Com a criação do “Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra” (que se tornará o “Jornal Sem Terra”), os acampados conseguiram expandir sua luta, ganhar visibilidade e força ao saberem do apoio que estavam recebendo de pessoas de fora da ocupação. Com tamanha repercussão - nacional e internacional - e com tanta força dos acampados, que resistiram 208 dias de repressão policial, a Igreja Católica concede 108 hectares de terras em Ronda Alta para permanência temporária das famílias (solução anunciada na 5ª Romaria da Terra).

Vale ressaltar que um importante ator, incentivador e apoiador do Movimento foi a CPT (Comissão Pastoral da Terra), que com base nos ideais da Teologia da Libertação, teve forte participação nos diversos movimentos em parceria com posseiros, pequenos produtores e trabalhadores rurais (retoma-se aqui o protagonismo que os movimentos sociais ligados à igreja Católica tiveram na história do Brasil).

A luta desses trabalhadores era conflitante à proposta de colonização de áreas ainda pouco exploradas pelo grande capital no Brasil. Durante o governo militar, elaborou-se um projeto de realocar famílias e pequenos produtores para regiões no Norte e Centro-Oeste do país. Contudo a proposta não garantia nenhum direito e/ou qualidade de vida às famílias, colocando-as à mercê de latifundiários (que eram os grandes beneficiários da proposta do governo), além de não levar em consideração os habitantes que já ali estavam instalados: populações indígenas primordialmente. A luta se pautou, portanto, na conquista da Terra na própria Terra e na garantia de trabalho e sustento em suas respectivas regiões. Nesse momento, ocupações de Fazendas improdutivas no Rio Grande do Sul (a principal citada anteriormente), no Paraná, Santa Catarina, em São Paulo e no Mato Grosso do Sul, fizeram pressão e conquistaram loteamentos (MORISSAWA 2001).

Mesmo assim, não se conquistou a Reforma Agrária, e a luta continuou, com os trabalhadores, desprovidos de seu direito de produzir alimento, protagonizando essa luta. Assim, em janeiro de 1984, teve origem o MST; com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país.

O Jornal Sem Terra ganhou amplitude e o Movimento conquistava cada vez mais visibilidade.

Em 1985, ocorreu em Cascavel, no Paraná, o 1º Congresso Nacional do MST. “Dele foi tirado como orientação a ocupação de terra como forma de luta, além de ter sido definido os princípios do MST: a luta pela terra, pela Reforma Agrária e pelo socialismo.” (MST, 2021). A partir desse encontro, representantes de diversos estados e lutas camponesas se organizam e estruturam uma luta nacional pela Reforma Agrária.

No cenário político geral do Brasil, ocorria o período de redemocratização do país e o clima era de esperança. Sarney assumiu o governo após a internação de Tancredo Neves, em 21 de abril de 1985.

Com o primeiro presidente civil em 21 anos, e com diversas propostas de reforma agrária nos partidos que surgiam, dentre elas, o Plano Nacional pela Reforma Agrária, pretendia uma aplicação rápida do Estatuto da Terra e assentar mais de 1 milhão de famílias. O PNRA, que não obteve sucesso. “Cedo, aprendemos que os interesses do latifúndio encontravam nos aparatos do Estado suas melhores ferramentas de repressão ou omissão.” (MST)

Nesse período, encontros nacionais, regionais e os Congressos Nacionais, continuaram acontecendo, estruturando e fortalecendo a luta.

A constituição de 1988 trouxe mais uma conquista ao determinar a função social da terra :

Art. 186 – A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

(BRASIL 1988)

Nesse período houve grandes conquistas, e claro, fortes repressões. A criação de UDRs (União Democrática Ruralista) em diversas regiões, foi uma resposta dos latifundiários e grileiros para proteger suas posses.

Aliadas ao estado, chacinas horrendas aconteceram. Foi o caso, por exemplo, do massacre de Corumbiara (RO).

No dia 15 de julho de 1995, 514 famílias ocuparam a fazenda Santa Elina, em Rondônia. Ainda na época da ditadura, o governo vendeu 2 mil hectares de áreas públicas para o projeto de colonização (com preços simbólicos). A venda foi feita de forma que uma só pessoa comprasse inúmeras dessas áreas com nomes de outras. A condição dada pelo Estado, era de estabelecer agropecuária no local em prazo pré-determinado. Não foi o que aconteceu, e então, as famílias ocuparam a fazenda. Aconteceu uma ordem judicial para despejo. No dia 8 de agosto, 300 policiais chegaram e montaram acampamento. Os trabalhadores solicitaram 72 horas para estabelecer uma saída pacífica. No entanto, na madrugada do dia seguinte, os policiais invadiram o acampamento, com bombas de gás lacrimogêneo e disparando para todos os lados. A ação resultou na morte de 2 policiais e 9 acampados, dentre eles uma menina de 7 anos (Vanessa dos Santos Silva). Os médicos legistas analisaram que muitos dos militantes morreram com tiros à queima roupa e com indício de que já estavam rendidos quando mortos. A Câmara dos Deputados responsabilizou o Governo Federal pelo atentado (MORISSAWA 2001).

Outro massacre marcante na história do MST foi o de Eldorado dos Carajás, no Pará, em setembro de 1995. Visando ocupar a Fazenda de Macaxeira, 2 mil famílias montaram acampamento à beira da rodovia PA-275. Após 5 meses no acampamento, e nenhuma solução, as famílias decidiram ocupar a Fazenda. Os “proprietários” se reuniram com o então governador (Almir Gabriel) e o secretário de Segurança e entregaram uma lista com 19 nomes. Ao mesmo tempo, o governo prometeu entregar mantimentos à ocupação.

Sem o cumprimento da promessa, passadas duas semanas, os trabalhadores decidiram marchar 800 quilômetros até a capital (Belém) para pressionar.

Ao longo do percurso, no 16 de abril de 1996, tiveram que parar e resolver um problema básico: a fome. Fecharam a rodovia para cobrar os mantimentos prometidos. O Major Oliveira (da Polícia Militar de Parauapebas), prometeu além dos mantimentos, um ônibus que os levariam ao Incra (Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária) de Marabá. No mesmo dia, em Belém, é decretado que os sem-terra deveriam ser removidos da estrada de qualquer maneira.

Dia 17 de Abril, outro oficial chegou e informou o rompimento do combinado com o governo do Estado. Os militantes voltaram a ocupar a estrada. Foi então que 155 policiais chegaram, jogando bombas de efeito moral, os trabalhadores responderam como puderam, com pedras e paus. Nessa situação, Amâncio Rodrigues Silva (um trabalhador sem-terra) foi baleado no pé, caiu e foi assassinado, com mais um tiro na cabeça. Revoltados com essa situação, os outros trabalhadores revidaram. Os policiais continuaram com as execuções, utilizando-se inclusive de metralhadoras. Conclusão, 12 trabalhadores mortos com tiros na cabeça ou no tórax, outros 7 brutalmente torturados e mortos com seus próprios instrumentos de corte, 69 feridos e 7 desaparecidos. Tudo indica que a operação foi planejada, já que os policiais não tinham identificação, e as armas não estavam devidamente registradas (MORISSAWA 2001).

Esses acontecimentos, são reflexo de uma política neoliberal de abertura para capital estrangeiro e concentração cada vez maior de terras para poucos. O governo de FHC deixou isso claro - contexto também elucidado no capítulo anterior -. No ano de 1999, segundo o Censo Agropecuário, nos últimos dez anos anteriores desapareceram 942 mil pequenas propriedades.

Um ano depois da chacina de Eldorado de Carajás, dia 17 de fevereiro de 1997, iniciou-se a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária. Partiu de três pontos diferentes do país e foi programada para chegar em Brasília. Uma saiu da capital paulista, outra de Governador Valadares (MG) e a terceira partiu de Rondonópolis (MT). Em cada ponto de passagem da Marcha, sindicatos, igrejas e prefeituras recebiam seus participantes, fornecendo alimentos e alojamento.

A chegada aconteceu no dia 17 de abril, celebrada com um grande ato público (com mais de 100 mil pessoas). Manifestações nas capitais dos estados da Região Norte e Nordeste aconteceram simultaneamente. Nesse mesmo dia, Sebastião Salgado, Chico Buarque de Holanda e José Saramago fizeram doações dos lucros da “Coleção Terra” para o Movimento, possibilitando a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes, localizada em Guararema (SP).

A eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva causou grande comoção, surgiu uma esperança de que a reforma agrária seria finalmente implementada .

Contudo, o modelo agrário-exportador foi se expandindo cada vez mais e as commodities se tornaram cada vez mais a base da economia no Brasil:

Incentivado pelo governo, o agronegócio tem como lógica a exploração da terra, dos recursos naturais e do trabalho, por meio do financiamento público. Além disso, o agronegócio se utiliza grandes extensões de terra para a monocultura de exportação, baseada em baixos salários, no uso intensivo de agrotóxicos e de sementes transgênicas. Num contexto de crise econômica mundial, não tem condições de produzir alimentos para a população ou criar postos de trabalho para os agricultores. (MST, site institucional, 2021)

Até hoje, nada foi feito para implementação da Reforma Agrária. As discussões dentro do movimento vêm se complexificando e o debate em relação à reforma agrária aumentou de dimensão:

“(...) mais do que nunca a Reforma Agrária era algo necessário. Uma reestruturação não só da concentração da propriedade da terra no Brasil, mas do jeito de produzir. O que estava em jogo é a disputa entre dois modelos de sociedade e produção agrícola, ou seja, a disputa entre os projetos da pequena agricultura, voltada para a produção de alimentos para o consumo interno, e do agronegócio, baseado em monocultivo e voltado à exportação.” (MST, site institucional, 2021).

As Feiras Nacionais pela reforma agrária vêm acontecendo regularmente em diferentes partes do país, além de outros eventos culturais que foram surgindo. A luta por um modelo agrícola sustentável está ganhando cada vez mais força e reconhecimento. O MST recebeu inúmeros prêmios de organizações nacionais e internacionais ao longo dos anos. A Via Campesina também é uma conquista que constitui esse movimento em um âmbito internacional.

Hoje o MST é composto por 100 cooperativas, 96 agroindústrias, 1,9 mil associações e 350 mil famílias assentadas (MST, 2021).

O governo de Bolsonaro (2018), representa uma grande ameaça às conquistas obtidas até aqui. Seu discurso que, abertamente favorece os latifundiários, a abertura cada vez maior ao capital estrangeiro e um discurso violento, são alguns aspectos que fundam a ideologia representada pelo governante. Além disso, o desmatamento e a grilagem atingem números jamais vistos antes (os alertas indicam devastação em 3.069,57 km² da Amazônia, aumento de 25% em comparação ao primeiro semestre de 2019. Os dados são do

sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)- datado em 10 de julho de 2020.

Com todas esses acontecimentos históricos, refletindo o aprofundamento das políticas neoliberais, que se expressam no campo, por meio do agronegócio, o qual ganha cada vez mais força pelas empresas transnacionais que atuam em todas as áreas da produção agrícola, o MST tem a percepção que a luta pela reforma agrária clássica, que tinha como principal inimigo o latifúndio improdutivo, já não se faz eficaz para combater o poderio burguês e transformar as estruturas de dominação. Há, portanto, uma atualização e um repaginamento nas formas de luta e objetivos do Movimento Sem Terra. É a chamada Reforma Agrária Popular, que consiste em um novo projeto de reforma agrária, considerando todas essas novas complexidades.

A luta, portanto, se faz cada vez mais árdua e necessária.

3- A educação emancipatória na formação de sujeitos militantes: caminhos nos campos fecundos, repletos de sementes.

Ao longo de todo esse processo de consolidação, o MST percebeu a importância da educação para a continuidade da luta.

A realidade do trabalhador do campo no Brasil é, ainda hoje, de baixa escolaridade e altos índices de analfabetismo. Era necessário capacitar o trabalhador, tanto para resolver questões práticas (como por exemplo, o financiamento bancário e a aplicação de tecnologias), quanto para a compreensão da conjuntura política, econômica e social. Assim, a educação se tornou fundamental para o movimento (MORISSAWA 2001).

Quando se traça um plano de ocupação, já se pensa em uma escola (a escola itinerante): para crianças, jovens e adultos que, por conta da luta pela terra, não têm moradia fixa. O barraco da escola é construído antes mesmo dos barracos residenciais e se presta, também, a ser um local para encontros e eventos nos acampamentos (MORISSAWA 2001).

O Setor de Educação do MST foi formalizado em 1987, quando foi realizado o 1º Encontro Nacional de Educação, que aconteceu no Espírito Santo. Os principais assuntos debatidos foram: o que se pretende com as escolas dos assentamentos, e como deve ser uma escola de assentamento. (MORISSAWA 2001)

Com base na práxis pedagógica, se percebeu a necessidade de uma educação para o trabalho (que será elaborada melhor mais adiante).

Alguns princípios elaborados no Encontro foram:

- Numa sociedade de classes, a escola serve para disseminar a ideologia dominante;
- Os conteúdos e métodos da escola oficial estão direcionados para a manutenção da ordem vigente;
- O trabalho de educação é atividade política importante para o processo de transformação da sociedade;
- A educação nos assentamentos é um processo de produção e reprodução de conhecimentos a partir da sua própria realidade;

- A escola é parte integrante da vida e do conjunto da organização dos assentados, sendo essencial a participação das famílias em seu planejamento e administração.

Esses princípios básicos deram origem à proposta de educação nos assentamentos, com dois objetivos principais

- 1) Desenvolver a consciência crítica dos alunos, com:
 - conteúdo que leve à reflexão e aquisição de uma visão de mundo ampliada e diferenciada da do discurso oficial;
 - transmissão da história e do significado da luta pela conquista da terra e da reforma agrária, de que resultou o assentamento.
- 2) Desenvolver atividades que visem à capacitação técnica dos alunos para experiências de trabalho produtivo com:
 - uso de técnicas alternativas que contribuam para o avanço coletivo;
 - exercícios práticos nas áreas de conhecimentos necessários ao desenvolvimento do assentamento: agricultura, administração e contabilidade.

(MORISSAWA 2001)

3.1 O método Yo Sí Puedo, e sua potencialidade no projeto de uma educação para Jovens e adultos no movimento

Uma experiência muito importante posta em prática pelo movimento, é o projeto de alfabetização de jovens e adultos, inspirados no método “Yo sí puedo” Concebido em Cuba, em 2001, sua principal idealizadora foi Leonela Relys (1947-2015). Esse método foi muito bem sucedido e empregado em outras regiões do mundo. Bolívia e Venezuela adotaram tal metodologia e agora são países que se intitulam livre do analfabetismo (FUENTE, El País, 2016).

Aqui, destaca-se a importância de termos em perspectiva uma visão geral da América latina no âmbito de Educação Popular e das singularidades que enriquecem as trocas entre os países pertencentes a essa região.

A proposta consiste, no total, em 65 aulas separadas por três estágios de aprendizagem e foi idealizada de tal forma que:

No primeiro estágio -10 primeiras aulas- há uma preocupação maior com o desenvolvimento de capacidades orais e psicomotoras; em seguida os estudantes entram em contato com as vogais.

O segundo estágio é composto por 42 aulas. Nas primeiras 23 aulas desse bloco, estudam-se as letras e os fonemas (cada aula é dedicada para uma letra ou fonema específico). As outras 19 aulas são voltadas para complicações da língua (como o uso de “s” “ss” “ç” etc.).

O terceiro estágio, é a fase de consolidação e avaliação do aprendizado, para a qual se utiliza 13 aulas. As dúvidas e dificuldades são sanadas de forma lúdica, por meio de jogos. Se pretende formar indivíduos que saibam construir uma frase coerente, com sentido lógico (CUBA 2020).

Todas essas fases, têm como material didático, uma apostila (com exercícios e explicações) e vídeo-aulas, com duração de 30 minutos, além de um livro para guiar o professor, no processo. Um fundamento desse método é associar números e letras para favorecer a memorização e a associação. Além disso, é destinado um tempo da aula para que as pessoas conversem contem de suas realidades (CUBA 2020)

No MST, mais especificamente em ocupações no Maranhão, iniciou-se essa proposta aprimorada com as concepções de Paulo Freire, o que enriqueceu ainda mais o processo.

Com a junção dos métodos “Sim, eu Posso” e Círculo de Cultura, o setor de educação do MST no Maranhão estendeu seu campo de ação e realizou uma Jornada de Alfabetização em 15 das 30 cidades com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no estado, alfabetizando 20.582 jovens, adultos e idosos. Para isso, foi necessário criar uma Brigada de Alfabetização, com 1.033 educadores e 192 coordenadores. “As Jornadas de Alfabetização são sobretudo um compromisso político e social com a sociedade, que contribui nesse sair da condição de não saber ler e escrever para uma condição de emancipação, de leitura de mundo, de uma participação mais ativa, criativa, no ambiente em que cada um está inserido”, diz a educadora Simone Silva. (BALDUINO 2020)

3.2 Sobre o 8º Caderno de Educação do MST, princípios e valores

Não podemos perder de vista, ainda para entender a educação do Movimento, os Cadernos de Educação. O 8º Caderno, publicado em 1996, surge da necessidade de uma re-editação do 1º Boletim da Educação, escrito em 1992, material de estudo e de divulgação, interna e externa, da proposta do MST, pelo Brasil (MST 1996).

A partir desse documento, que expressa a elaboração dos princípios filosóficos e pedagógicos do MST, os pontos de principal interesse para atual pesquisa são:

- ❖ A importância de se formar não só indivíduos, mas militantes; com base em uma educação socialista, voltada para a coletividade, e associada a uma perspectiva da educação para o trabalho, vinculada a processos produtivos.

A indissociabilidade entre política e educação, dentro do movimento social favorece uma formação ampla, que não apenas oferece conteúdos, formando assim, as bases da militância. Nesse sentido os principais pilares desse projeto coincidem com os da nova ordem social, que buscam os trabalhadores: a justiça social, a democracia, os valores humanistas e socialistas seriam essa base.

Assim sendo, há, dentro dos princípios filosóficos, características fundamentais para construção do ideário educacional do movimento. São eles: a **educação de classe** (que visa construir um projeto político para a hegemonia da classe trabalhadora); uma **educação massiva** (valorizando e garantindo o acesso à educação em diversas formas, mas com ênfase na escolarização que realize uma formação integral); a **educação organicamente vinculada ao movimento social** (que progride associada com os objetivos e lutas do MST); a **educação para a ação** (formar sujeitos que atuem e transformem a realidade de maneira prática) e a **educação aberta para o novo** (que seja aberta a entender e construir novas relações sociais que surjam dos processos político-econômicos mais amplos).

- ❖ Uma educação omnilateral, pautada na realidade dos estudantes, sem deixar de lado um acompanhamento pedagógico personalizado.

O termo omnilateral, era utilizado por Marx na oposição à formação unilateral estabelecida pelo trabalho alienado na expressão “desenvolvimento omnilateral do ser humano”, dá ênfase à prática educativa revolucionária que deveria considerar o ser humano integral, assim como, nas diversas esferas da vida humana (que o sistema capitalista insiste em separar). Dentro dessa perspectiva mais global, vale ressaltar para essa pesquisa, que uma das dimensões principais a serem trabalhadas (destacadas no documento) é a formação cultural e estética, que será desenvolvida no próximo capítulo.

Além disso, nessa perspectiva que temos como base, devemos sempre nos pautar pela realidade dos educandos e seus conhecimentos prévios. Isso é uma concepção bastante freiriana, que não hierarquiza os conhecimentos e entende a importância de se relacionar o objeto de estudo com a realidade vivida, a fim de atribuir significado ao processo.

O documento também lembra que uma das críticas mais comuns à dimensão educacional do Movimento, é que ao dar tanta importância ao âmbito coletivo do processo educacional, deixa-se de lado a questão individual. Contudo, não é o que acontece, porque não se trata de uma visão de indivíduo a-histórico, egocêntrico e isolado; não significa a ausência de preocupação com as questões individuais. A dimensão é de um indivíduo, o entendendo dentro de seu contexto social e histórico.

- ❖ Um vínculo indissociável entre educação e cultura, além da composição de processos educativos que levem em consideração a realidade vivida pelos educandos.

Além da concepção de se formar seres integrais, que tenham uma formação que abranje diversas áreas do conhecimento, há um enfoque para a valorização da cultura e da produção artística dentro do processo educacional.

Há também uma preocupação em estabelecer uma relação com processos produtivos, e a obra de arte também pode ser um desses processos, que pode ser compartilhado e construído com a comunidade.

Porém, o mais relevante de se acentuar aqui, já que vai ser tema de debate do próximo momento dessa pesquisa, inclusive para definição do que está sendo considerado cultura, é colocar que há no Movimento um vínculo orgânico entre educação e cultura. Entende-se que “É a cultura que permite a comunicação humana e, portanto, permite a própria educação” (MST 1996). Nesse espectro, a cultura pode ser tanto um processo de socialização, quanto de produção de cultura.

Além disso, sempre ter em perspectiva a realidade vivida pelos educandos é fundamental. Para Freire, essa conexão e sentido, que se dá para o estudante se o objeto de estudo parte de sua realidade, é fundamental para o processo de ensino e aprendizagem.

- ❖ A constante análise e intervenção na sociedade (articulando sempre prática e teoria), além de uma gestão autônoma e democrática. Ter, também, em vista que os processos de educação e capacitação são distintos, porém os dois se fazem necessários

Nesse aspecto, a educação está relacionada com o conhecimento teórico, o saber. Já a capacitação está vinculada com um saber-fazer. Nessa ótica, quem ensina é o educador, o sujeito capacitador é uma atividade disparadora, uma situação problema, que faz a pessoa reagir e aprender a partir disso.

Uma educação que articule a educação e a capacitação para a formação de um ser que tenha conhecimentos práticos e teóricos e seja capaz de articulá-los de modo a colocá-los em relação à sua realidade. “As verdadeiras teorias são aquelas que são frutos de práticas sociais e que, por sua vez, instrumentalizam práticas sociais” (MST 1996).

O desafio e o objetivo desse processo pedagógico, é, portanto, vincular os saberes com situações práticas e reais, o saber e o saber fazer.

❖ Tudo fundamentado no amor

É preciso destacar como que se finaliza esse documento:

“Mas atenção! Há um ingrediente, ao mesmo tempo tão singelo e tão decisivo que sem ele, não é possível realizar estes princípios, esta educação: É o amor!”

Vínculo esse lindo encerramento com a definição de amorosidade pelo Dicionário Paulo Freire:

Freire trabalha com a concretização da produção de sentido e do sentir amorosidade/amor como potencialidade e capacidade humana que se refere a uma condição da finalidade ético-cultural existencial no mundo e com o mundo. Uma amorosidade compartilhada que fornece dignidade coletiva e esperanças utópicas, em que a vida é referência para viver com justiça neste mundo. (FERNANDES apud STRECK, 2015 pg. 50)

“O amor como prática da liberdade” é título de artigo escrito por bell hooks. Articula-se com essa discussão, já que, nele, a autora coloca justamente a importância do amor para a elaboração e construção de um mundo mais justo. Hooks inclusive destaca o papel da educação para a consciência crítica nesse

processo revolucionário; “a partilha que podemos recuperar-nos coletivamente no amor” (HOOKS 2017), ou seja, entendermos nossa história, individual e coletiva além de estudarmos as formas de dominação históricas e, assim, iniciarmos o processo de descolonização. Para a autora, não há como pensar em uma sociedade próspera se não tivermos o amor como base fundante desta, como fica explícito no trecho:

Sem amor, nossos esforços para libertar a nós mesmas e nossa comunidade mundial da opressão e exploração estão condenados. Enquanto nos recusarmos a abordar plenamente o lugar do amor nas lutas por libertação, não seremos capazes de criar uma cultura de conversão na qual haja um coletivo afastando-se de uma ética de dominação. (HOOKS 2017)

3.3 O pensamento de Paulo Freire nas perspectivas educacionais do MST

Fica evidente como os pensamentos de Paulo Freire aparecem a todo momento na base do pensamento educacional do Movimento, mesmo que nas entre linhas. Os Círculos de Cultura são evidências disso. Neles, o professor é transformado em um mediador/coordenador de debate, os alunos, transformados em participantes do grupo e a classe pelo diálogo (FREIRE 1983). Há uma valorização dos saberes, sem hierarquizá-los e assim, uma horizontalidade nas relações. Nessa perspectiva, então, conhecer o nome e funcionalidade de plantas medicinais da região é tão importante e válido quanto entender questões geopolíticas internacionais. Observa-se uma noção não elitista da educação, a valorização da oralidade e das culturas locais (DANTAS, LINHARES 2014). Freire evidencia:

Muitos deles [educandos], durante os debates sobre as situações, afirmavam felizes e autoconfiantes que “nada de novo lhes está sendo demonstrado, mas que lhes estavam “refrescando a memória”. “Faço sapatos -disse certa vez um deles- e descubro agora que tenho o mesmo valor do doutor que faz livros”; “amanhã - afirmou outro, ao discutir o conceito de cultura- vou entrar no meu trabalho com a

cabeça erguida”. Era um simples varredor de ruas que descobriu o valor de sua pessoa e a dignidade de seu trabalho (FREIRE 1983, pg 71)

O objetivo fundante desses Círculos de Cultura, não era, portanto, a alfabetização em si, mas “a perspectiva de contribuir para que as pessoas assumissem sua dignidade como seres humanos e se percebessem detentoras de sua história e de sua cultura, promovendo a ampliação do olhar sobre a realidade” (DANTAS; LINHARES, 2014) as autoras ainda colocam :

Os círculos de cultura estão fundamentados em uma proposta pedagógica, cujo caráter radicalmente democrático e libertador propõe uma aprendizagem integral, que rompe com a fragmentação e requer uma tomada de posição perante os problemas vivenciados em determinado contexto (...) Nesse contexto, propõem uma práxis pedagógica que se compromete com a emancipação de homens e mulheres, ressaltando a importância do aspecto metodológico no fazer pedagógico, sem desvalorizar, no entanto, o conteúdo específico que mediatiza esta ação, possibilitando a tomada de consciência do educando, mediante o diálogo e o desvelamento da realidade com suas interligações culturais, sociais e político-econômicas. (DANTAS, LINHARES 2014)

Há um conceito crucial para essa pesquisa, o de ler o mundo. Como contextualizado anteriormente, a alfabetização, em si, não era a única preocupação de Freire, mas sim toda a relação, ação e produção de conhecimento entre as pessoas e o mundo em que se vive.

Uma importante obra de Paulo Freire, a ser elucidada, é a Pedagogia do Oprimido, que traz a importância de uma educação que não desumaniza os homens e sim os liberta, e que estes por sua vez, se tornem sujeitos críticos, históricos que possam ser mais. Sempre ressaltando, também, a importância da esperança, de uma visualização de um mundo melhor, pelo qual possamos lutar por.

3.4 Pedagogia revolucionária e a perspectiva socialista do MST

Manacorda, em sua obra “Marx e a pedagogia Moderna” (1991), discute questões levantadas por Marx acerca de uma pedagogia revolucionária. Pensando, também, que o MST tem uma visão socialista é importante mantermos explicitadas as características dessa perspectiva.

A preocupação de se integrar corpo, mente e prática é muito forte. Uma educação com esses princípios se preocupa em desenvolver uma educação física, um ensino intelectual e uma instrução tecnológica, tendo em vista o ser-humano global (omnilateral como já citado anteriormente).

Esse processo se preocupa em formar trabalhadores que não segmentam seus conhecimentos e que entendam toda a complexidade do sistema de produção, e portanto, não se limitem a uma área de produção, mas que possam atuar intelectualmente e de forma prática em qualquer etapa produtiva (dependendo de suas inclinações e da necessidade coletiva).

Tal ensino tecnológico, portanto, grifa a unidade entre teoria e prática, e pluraliza a atuação profissional, desmembrando e revolucionando a divisão do trabalho segmentária tal qual a conhecemos hoje, no sistema capitalista, ou seja, destaca a multiplicidade das atividades. Além disso, se procura a possibilidade de uma plena expressão de si mesmo, independentemente de suas ocupações específicas. (MANACORDA 1991)¹. O autor coloca:

Não se trata de apenas de interpretar o mundo, mas sim de transformá-lo, ele [Marx] coordena imediatamente à constatação do processo natural e espontâneo o motivo da intervenção voluntária e consciente. (MANACORDA, 1991 p. 56)

Podemos entender que a pedagogia, no MST é muito valorizada e delicadamente pensada e articulada com experiências e pensadores que tornam

¹ Cito aqui outros dois pensadores que compõem o pensamento da pedagogia socialista são: M.M. Pistrak e Nadejda Krupskaja, para entender essa perspectiva é essencial a leitura desses autores.

toda práxis pedagógica dotada de um significado amplo e potente para uma transformação social. Para a busca e construção de um mundo com menos injustiças e desigualdades, no qual todos possam se manifestar plenamente como agentes históricos que transformam a realidade. Uma educação atrelada a uma luta, que já colhe muitas conquistas como fica evidente:

Estamos observando, a semente do que hoje é o setor de educação no MST. Hoje são mais de 2 mil escolas públicas construídas em assentamentos e acampamentos, 200 mil crianças, jovens e adultos com acesso à educação gratuita, 50 mil adultos alfabetizados, 2 mil estudantes em cursos técnicos e superiores, mais de 100 cursos de graduação em parceria com universidades públicas por todo país (MST)

4- A indissociável tríade: Arte, Cultura e política no MST

Em tudo a poesia estava, Ela fecunda cada vez
que respiramos juntos o mesmo sonho (MST)

Primeiramente, devemos definir Cultura e Arte, dentro deste contexto. Pois bem, o Caderno de Cultura nº 1 do MST, publicado em 2018, nos convoca a pensar nos significados e sentidos das palavras:

Sabemos que as palavras têm sentidos, que os significados das palavras são muito importantes na luta de classes, na construção de uma interpretação do mundo, na construção de concepções e significados que orientam nossas ações. Não é à toa que os meios de comunicação de massa, o agronegócio e os políticos conservadores insistem em chamar as ocupações de terra de invasão, tentando classificá-las como ação criminosa, como atos de vandalismo. Sabemos que a ocupação tem outro sentido, outro significado, e lutamos pela construção desse significado. (MST, Caderno de Cultura, 2018 p. 9)

No mesmo documento, somos convidados a questionar acerca do significado de cultura, possibilitando o maior entendimento de nossas relações sociais:

Na origem, o termo cultura vem da palavra latina colere, e significava habitar, cultivar, proteger, honrar. A origem da palavra cultura está ligada à vida rural, ao campo. A palavra significava ocupar a terra, trabalhar na terra, viver na terra. Ocupar a terra é um ato cultural. Ocupar a terra e nela produzir a vida está na origem da agricultura. O agricultor cultiva o campo, e cultivar é o trabalho de produzir uma cultura, como uma cultura de cereais, uma cultura de trigo. O termo que está na origem da palavra cultura também estava ligado à proteção e ao cuidado. (MST, Caderno de Cultura, 2018, p.9).

Uma importante reflexão trazida neste documento, é que a agroindústria de fato tira a cultura do cultivo da terra, tira a vida e a diversidade que nela habita, transformando tudo em mercadoria, produto; formando imensos desertos verdes.

Mas, voltando para a problematização do que é cultura, uma obra fundamental para esta pesquisa e principalmente para o ponto de discussão que estamos é “Sem Terra, com poesia: a arte de recriar a história”, com a autoria de Roseli Caldart.²

No livro, CALDART, discute Cultura concebendo-a como um processo produtivo, podemos assim, considerá-la como uma prática social embalada no trabalho humano sobre uma matéria, e da qual se originam produtos. Assim sendo:

O trabalho cultural tem como especificidade a produção de significados, ou seja, a estruturação de sentidos para as demais práticas humanas. Pela cultura o homem toma consciência (isto é, representa para si) da sua pertença ao mundo, ele significa, isto é, transforma em signos sua existência material (CALDART, 2017 p. 30).

A autora ainda coloca que a produção desses signos é essencial para a vida humana, já que não conseguimos viver em um mundo sem compreendê-lo, então, a função desse signo é exatamente entender o mundo que nos cerca, atribuindo sentido às experiências vividas. Além disso, a cultura, uma dinâmica de criação por sujeitos concretos, assim, é atravessada pelas contraditórias relações de classe e sua constante luta.(CALDART 2017)

Experiências, foram tema de análise para John Dewey, sendo entendidas como a “interação da criatura viva com as condições que a rodeiam” (BARBOSA, 1998).³

Ana Mae Barbosa, ao discutir as questões sobre experiências elucidadas por Dewey, ainda coloca: “É a qualidade estética que unifica a experiência enquanto reflexão. A qualidade estética de uma experiência de qualquer natureza é a culminação do processo” (BARBOSA, 1998).

Dewey traça uma analogia de sua concepção de experiência com uma pedra rolando ribanceira abaixo. Seu objetivo é chegar no fim, mas durante o caminho ela vai sendo afetada e impregnada por flores, musgos, lama... A culminância, a

² Interessante pensar no contexto de construção do livro. Este é o trabalho de mestrado da autora. Escrito em 1987, logo após o primeiro congresso nacional do MST, a autora que também é militante, percebe como a poesia é algo fundamental para toda a estrutura do movimento e não só um acessório ou com uma importância pontual.

³ Ver especialmente “Art as an experience de 1934”

qualidade estética é a apropriação do que a pedra trouxe consigo ao longo do caminho, se tornando mais enriquecida do que quando se começou o processo.

Nessa perspectiva, o trabalho artístico se torna fundamental, para desenvolver as capacidades de produção: “A Arte une mais que experiências de outra natureza. As relações de fazer e padecer, a energia de ida e vinda que faz com que uma experiência seja uma experiência” (DEWEY, apud BARBOSA, 1998 p. 23).

Retomando o Caderno de cultura, uma dimensão essencial acerca da cultura trazida por ele, é a questão da memória, segundo o qual, “o cultivo da memória faz parte da formação do novo” (MST, 2018).

Na concepção do movimento, “As experiências de um grupo se enraízam com a de seus antecessores através de mediações simbólicas” (MST 2018). Sendo assim, os símbolos elaborados no movimento é uma ligação com a coletividade, são inseridos nas relações sociais e passam a atribuir significado a elas, constituindo sentidos das ações e posturas:

Produções simbólicas cultivadas e criadas pelos próprios agricultores, pelos próprios trabalhadores para representarem sua vida, sua cultura, seu imaginário, seus valores. Manifestações que dão aos atos da vida uma dimensão estética, uma dimensão de maior beleza e simbolismo, que se tornam força política e social, de fortalecimento do grupo e cultivo da consciência. (MST, Caderno de Cultura, 2018, p. 13)

Um conceito que deve ser elucidado, já que é muito colocado nesse contexto, é o de Cultura Popular. Trago aqui, discussões essenciais trazidas por Roseli em seu livro citado anteriormente.

Segundo Dussel, os processos culturais têm papel fundamental nos processos de libertação do povo latino-americano, especialmente a “cultura popular revolucionária”, resultado contraditório e alternativo à opressão, manifestada pela forma de uma “simbólica da libertação” (CALDART 2017).

Há aqui, um ponto crucial para o entendimento dos temas articulados nessa pesquisa.

Primeiramente, é essencial entendê-la como sendo um produto de vivências das classes populares, portanto, recheada de conflitos com as classes

hegemônicas. Além disso, não podemos nos deixar levar por uma visão ingênua que acredita que devemos valorizar as produções culturais somente porque foram produzidas pelo povo. Temos de levar em consideração todas as dimensões das produções culturais (produção, distribuição e consumo), sendo assim o fruto da cultura popular pode ser engolido pela indústria e consumido como algo alheio de seus criadores históricos se tornando cultura de massa. Ao mesmo tempo, não podemos negar o valor dessa produção simplesmente por ter sido fagocitada pelas classes dominantes.

É importante destacar, aqui, o caráter plural da cultura popular, por expressar a "compreensão, reprodução e transformação simbólica, das condições gerais e específicas do trabalho e da vida", pelos marginalizados da sociedade (CANCLINI apud CALDART, 2017). O povo é excluído dos espaços de socialização dos padrões de cultura hegemônica, criando suas estruturas produtivas já que não tem poder sobre as da burguesia.

Bem, já ficou evidente que existem muita complexidade nesse campo, mas o que quero ressaltar é que: A cultura popular por si só não é necessariamente revolucionária, já que pode estar embrenhada e encardida pela cultura hegemônica. Mesmo assim, se articulada com um processo de desalienação e desideologização- processo construído a partir da educação popular- ganha uma dimensão transformadora, já que é fundamentalmente exterior do sistema social que a marginaliza, sendo um campo de possibilidades para conceber e construir outra realidade. "Isto quer dizer basicamente que pensar em manifestações concretas da cultura popular em nossa sociedade é pensar, ao mesmo tempo, numa cultura oprimida e numa cultura alternativa, subversiva à ordem capitalista" (CALDART, 2017 p. 55)

Concluo essa reflexão acerca da cultura popular com um trecho que condensa o pensamento de Dussel, sobre o que é cultura popular:

A cultura real, aquela que foi criando os símbolos e as estruturas de um modelo onde o povo se sente "em casa". Esta criação cultural se exprime historicamente por uma arte popular (que não é o rústico mas que também inclui o artesanal), especialmente a música que exprime rítmica e faladamente a história, os sofrimentos, e as gestas do povo; é uma língua própria, com suas estruturas, modismos, usanças, é um folclore, mas não é só um folclore; são tradições de acontecimentos, é uma tradição em seu

sentido autêntico; são os símbolos que exprimem pletoricamente o projeto e as mediações na existência do povo; são símbolos religiosos, fundando assim sua vida sobre uma antiga sabedoria popular que explica a realidade por suas origens; são símbolos políticos pelos quais o povo recorda (é sua história não escrita) suas lutas, seus heróis, seus traidores, seus amigos, seus inimigos.(...) Enfim, é uma totalidade de sentido humano,pletórica de realidade, em grande parte exterior ao sistema pedagógico da cultura imperial e ilustrada nacional neocolonial (DUSSEL, apud CALDART, 2017, p. 58)

Considerando todo esse levantamento de conceitos e discussões, podemos nos indagar: Mas qual seria, de fato, a importância da Cultura e da Arte estarem atreladas intrinsecamente às ações de um movimento social tal qual o MST?

Bem, alguns aspectos bem significativos foram apresentados anteriormente, contudo, ressaltar a produção de símbolos e seus significados. Na sociedade capitalista, somos bombardeados pelos produtos da indústria cultural, que caminha conjuntamente com o agronegócio para a construção de uma sociedade mercadológica e que explora os trabalhadores. Consumimos a todo momento elementos culturais que insistem em reduzir os significados dos signos produzidos na vida social. Isso, para Marx, é intitulado de Ideologia, portanto: “(...)hierarquizar as produções culturais, colocando como superiores ou mesmo unicamente válidas apenas aquelas que sejam funcionais a interesses determinados, (...) funcionais à conservação do sistema social vigente” (CALDART, 2017 p. 35). Essa forma de dominação cultural hegemônica representada pela indústria cultural deve ser combatida veementemente.

A reforma Agrária popular como projeto Cultural, significa portanto: “o cultivo de novas relações sociais, o cultivo de novos valores que se diferenciam da sociedade capitalista” (MST 2018), para tanto, tem como desafio por fim na sociabilidade burguesa, na propriedade privada e proporcionar condições para emancipação humana.

Sendo assim, o MST se propõe a elaborar novos parâmetros culturais para transformar essa sociedade. Esse projeto cultural deve praticar nos assentamentos espaços para a construção de uma hegemonia popular, partindo de novas relações culturais, com um novo modelo produtivo, no qual a terra cumpra sua função social.

Outro aspecto importante da produção cultural para a transformação da sociedade é o fato da criação: “ A cultura, ao mesmo tempo que representa ou dá sentido, cria uma nova realidade, ainda que com materialidade diferente” (CALDART, 2017 p. 33). Ou seja, a criatividade, para pensarmos em uma nova realidade, e a projeção de um futuro diferente, sem opressão é essencial para a construção de uma militância, já que sem uma perspectiva de futuro, não há porque haver luta.

4.1 A relação entre Educação e Cultura no Movimento dos Trabalhadores sem Terra

A Cultura, como já mencionado anteriormente, tem relação direta, ou melhor, é composta por memória, costumes e significados de uma sociedade. A educação é, em sua essência, o repasse de conhecimentos, valores e demais elementos culturais de uma sociedade, para novas gerações.

Temos, portanto, uma enorme convergência e interlocução entre as duas áreas, e assim a escola e os ambientes educativos têm um espaço privilegiado para a discussão, manutenção ou transformação da cultura em vigor.

Paulo Freire, com sua concepção de leitura de mundo, fala do o processo de alfabetização como não sendo meramente a decodificação de símbolos (letras). Aprender a ler é aprender a estar no mundo, descobrir uma linguagem e construir um pensamento crítico.

A educação omnilateral, também conversa com educação-artística, já que se propõe a construção integral do ser, a arte como linguagem e produção de significados sociais assume protagonismo nesse sentido.

O MST e seu projeto de transformação social, evidenciam que a Cultura e a Educação devem ter protagonismo na construção de uma nova ordem social, que acabe de vez com as desigualdades e injustiças criadas e enraizadas pelo capitalismo.

4.2 Experiências artísticas no MST

Com base nas linhas políticas do Setor de Cultura do MST, e nas questões apresentadas anteriormente, trato de coser com algumas experiências significativas que foram realizadas pelo movimento, apresentadas no caderno de Cultura, as quais protagonizam o trabalho artístico:

1. A Escola itinerante de Artes:

Experiência Mineira que resultou em oficinas artísticas que, historicamente, o MST vem organizando.

Chamada de “itinerante”, pois é uma ferramenta em constante movimento que acontece em diversas localidades do Estado.

A Escola itinerante de Artes compreende que a Arte é uma outra forma de racionalidade e sensibilização para além da intelectual. Além disso, a Arte possui um caráter militante, tendo um papel central no processo de construção criativa da luta, não havendo separação entre Arte e ação política.

2. Escolas fazendo Arte:

Três matrizes foram tomadas como princípios no setor educacional cearense: trabalho, cultura e organização coletiva. Estes atuam como vínculo entre a educação e os processos produtivos na comunidade. Essa integração passou a representar um elo entre a cultura popular e a escola como espaço criativo.

3. Noite antipatriarcal:

Elaborada pelo setor de Gênero do Movimento Sem Terra, a noite é uma intervenção crítico-formadora realizada entre homens para discutir e explicitar a violência do patriarcado e sua expressão no cotidiano.

Entendendo que a violência física e simbólica em expressões machistas e LGBTQfóbicas são frutos da cultura burguesa, que acaba sendo expressa no próprio MST.

Assim sendo, as noites são compostas de intervenções que utilizam linguagens artísticas e discussões que causam estranhamento e incômodo, a fim de desnaturalizar essa realidade e portanto não se pode alegar desconhecimento em relação a agressões e assédios.

4. Aviário das Artes:

Em Santa Catarina, mais especificamente, no assentamento Conquista da Fronteira, havia um antigo aviário da fazenda ocupada. A juventude se organizou e se mobilizou para transformar o espaço em um centro cultural para toda a comunidade.

A ação foi realizada a partir das atividades do “Tempo Comunidade”, do curso Especialização de Arte no campo, parceria entre MST/UDESC/INCRA.

Lá acontecem oficinas artísticas, sessões de cinema, festas tradicionais, encontros dos coletivos ...

5. Jornada de Agroecologia, uma nova cultura:

Reconhecendo a necessidade de mudança na matriz produtiva, e portanto, da cultura em relação a terra, a natureza e as relações sociais; nasce essa atividade de formação e intercâmbio, que tem como objetivo fomentar uma nova maneira de sociabilidade.

Surge uma nova perspectiva para com a estética, a música e os momentos de sociabilidade como modo de expressão da estruturação da agroecologia em um panorama sistêmico.

A valorização da cultura, do saber e da estética popular inunda esse espaço de troca que se coloca como fundamental para a preservação de toda biodiversidade colocada em cheque pelo agronegócio.

5- Sobre o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), uma trajetória de luta, no contexto urbano

As cidades, “fábricas de sem-teto”, também se tornam o lugar onde a luta social acontece, onde a transformação é possível

(SIMÕES, CAMPOS, RUD)

A história do MTST começa paralelamente à intensificação do modelo econômico neoliberal no Brasil. Em 1997, o presidente era Fernando Henrique Cardoso. Ocorreu um forte processo de urbanização no Brasil, por conta da precarização da vida no campo. “... entendemos que a falta de acesso à terra, está na raiz dos problemas sociais de nosso país” (SIMÕES, CAMPOS, RUD 2017).

Em 1996, o déficit habitacional em São Paulo (quantidade de famílias sem moradia digna) era de 5 milhões (IBGE), o que expõe a precariedade da vida nas periferias da cidade, desencadeando, assim, um movimento urbano gerido pelo MST.

O crescimento de toda região metropolitana de São Paulo estava desenfreado e Campinas sentiu o impacto desse processo. Nesse início, ainda não havia um projeto organizado de ocupação, as famílias ocupavam pela necessidade de moradia (há uma forte tradição sindical da cidade). Estes eventos coincidiram com a discussão recente do MST em relação à importância de uma perspectiva urbana para a concretização da Reforma Agrária (SIMÕES, CAMPOS, RUD 2017).

Os militantes do MST, que já residiam na região, passaram a ter uma atuação intensificada nessas ocupações urbanas. Uma das ocupações mais significativas desse período foi a Oziel Alves (o nome é homenagem a um dos trabalhadores vítima do Massacre de Eldorado de Carajás). A ocupação deu origem ao que hoje é um bairro consolidado com mais de 15.000 famílias (SIMÕES, CAMPOS, RUD 2017).

Esses trabalhadores sem teto, fizeram uma marcha de Campinas até São Paulo. Milhares de militantes participaram; nesse contexto nasceu o símbolo do movimento.

Assim, com a força e estabilidade da organização em Campinas, grupos se deslocaram para o Rio de Janeiro para ampliar as atuações. Conquistaram-se 1000 casas por conta dessa luta, na região de Nova Sepetiba. No início dos anos 2000, houve ampliação da luta urbana do MST, para estados como Pará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Era uma semente plantada, ainda germinando.

Em São Paulo, no ano de 2001, aconteceu uma grande ocupação em Guarulhos (próximo ao aeroporto e à rodovia presidente Dutra), a Anita Garibaldi. Mais de 2.000 mil famílias estavam lá, reivindicando seus direitos. Houve também o apoio de estudantes, pesquisadores e da sociedade civil de modo geral, além da parceria com as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). Portanto, um enfoque nas questões da luta urbana foi colocado, suas especificidades e dilemas seriam estabelecidos e tensionados, afinal a realidade cotidiana das periferias das grandes cidades é intensamente caótica. Uma das estratégias de luta, também estabelecidas neste período, é o travamento de rodovias e importantes vias, já que ameaça a circulação de capital, visibilizando as reivindicações. (SIMÕES, CAMPOS, RUD 2017).

Novas ocupações foram surgindo, Anita Garibaldi em Guarulhos (2001), Carlos Lamarca, em Osasco (2002) e a Santo Dias, em São Bernardo (2003) e com elas a formação de uma luta urbana dos trabalhadores foi ganhando forma.

Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva passa a ser o presidente do Brasil. Havia, entre os movimentos sociais, a expectativa de muitas vitórias. Contudo, Lula se viu em uma “saia justa”. Por um lado a pressão popular de quem o elegeu. Se o presidente concedesse as casas, haveria uma onda muito forte de ocupações e reivindicações.

Isso perturbava profundamente a elite dominante, que continuava com medo de uma ditadura comunista (o mundo acabava de sair da Guerra Fria e líderes capitalistas apresentavam grandes receios em relação aos governos de esquerda). Dividido, acabou decidindo abrir um diálogo, com ambos lados, para resolver mais a longo prazo.

Enquanto isso, a ocupação Santo Dias foi violentamente reprimida pelo governo do Estado, o MTST gerava grandes problemas para o governador Alckmin. Pós-graduado em repressão e criminalização de movimentos sociais, o eterno governador de São Paulo tratou de promover um verdadeiro massacre (SIMÕES, CAMPOS, RUD 2017).

No início de 2004, havia apenas 170 famílias em uma ocupação no Jaraguá. Era um momento de crise, com mais um despejo. Surgiu, aí, uma nova estratégia de ocupação: Chico Mendes 1, aconteceu visando um novo tipo de militância, almejando a coletividade, em Taboão da Serra.

Superado esse momento de crise, o MTST volta a concretizar lutas muito memoráveis, como foi o caso da greve de fome realizada na frente da casa do presidente Lula (em São Bernardo do Campo), resultando na conquista de 800 apartamentos, no que hoje é o condomínio João Cândido (SIMÕES, CAMPOS, RUD 2017).

Assim o movimento foi crescendo, se articulando e se organizando. Instituiu-se a política de nucleação nos bairros (para reuniões e encontros depois das ocupações, os militantes são direcionados às localidades próximas de onde estão vivendo) e o cadastramento do militante (que a partir de uma lista, registra quem foi para os atos, eventos e reuniões). Ocorreu, também, a criação da Associação Periferia Ativa, que se articula ao MTST para ir além da luta por moradia e pensar na garantia de outros direitos, como educação, saúde e lazer. Além disso, aparece a perspectiva de se nacionalizar o movimento, levando em consideração as particularidades de cada região.

E, então, foi com muita luta que houveram conquistas, algumas já citadas anteriormente. Se tornando referência, o MTST trouxe, além da garantia de moradia digna para diversas famílias, visibilidade para esta questão, tão ignorada pelos Estados e Municípios, até então. Os governantes entenderam, assim, a necessidade de se travar um diálogo com o Movimento.

Inserido em um processo político mais amplo, o MTST é ao mesmo tempo o principal movimento popular de luta por moradia no país e uma importante referência do campo popular, propondo a mobilização de rua e a organização coletiva de base como alternativa para esquerda brasileira, até então quase sempre presa entre a defesa acrítica do período petista e o sectarismo estéril. (SIMÕES, CAMPOS, RUD, 2017, p. 118).

Já com uma organicidade mais bem definida, alguns acontecimentos históricos refletiram muito na organicidade do MTST. Foi o caso das manifestações de 2013, por exemplo. Com toda a efervescência de manifestações e reivindicações populares, acabaram muitas famílias fazendo ocupações sem necessariamente estarem ligadas a movimentos sociais ou ao próprio MTST.

A Copa do Mundo de 2014 também foi algo marcante. Um exemplo disso, foi a construção da Arena Corinthians em Itaquera. Por conta da construção, os preços de imóveis na região subiram expressivamente e muitas famílias ficaram

desalojadas. Assim, foi organizada a ocupação Copa do Povo, em um terreno abandonado a mais de 20 anos próximo ao estádio. Essa ocupação tornou-se símbolo da resistência à especulação imobiliária na região, e por conta de toda a movimentação da Copa do Mundo, o governo anunciou o atendimento às famílias. Nesse período, havia também uma insatisfação por conta do não cumprimento da promessa de se realizar o programa “Minha casa, Minha vida 3”, em 2014, por parte da presidenta Dilma Rousseff. Houve a paralisação de importantes rodovias e junto com outros movimentos, o MTST realizou a jornada de lutas “Periferia ocupa a cidade, reforma urbana de verdade”.

Se a situação estava ruim, muito em breve ficaria pior. Com o golpe em evidência, a agenda do ajuste fiscal e da austeridade se intensificando, houve ainda a aprovação da Lei Antiterrorismo, que permitia mais facilmente a criminalização de lutas sociais (SIMÕES, CAMPOS, RUD 2017).

Quando Temer assumiu a presidência, nomeou Bruno Araújo para chefiar o Ministério das Cidades, e assim, as contratações do Minha Casa Minha Vida foram suspensas. Em fevereiro daquele ano aconteceu uma ocupação marcante, o “Ocupa Paulista”. Uma manifestação com aproximadamente 30 mil pessoas foi do Largo da Batata e da Praça da República até a Avenida Paulista. Na frente do prédio do escritório da Presidência da República, foi montada uma ocupação. Durante 22 dias o movimento se estabeleceu lá. Houve promessa de re-contratação, no fim, nenhuma se concretizou.

A partir daí o Governo Federal foi tomando decisões cada vez mais catastróficas: O congelamento de gastos públicos por 20 anos (Emenda Constitucional 55), PEC que favorece o agronegócio e prejudica trabalhadores rurais (PEC 215); além da reforma trabalhista que desampara cada vez mais os trabalhadores. Temer chega em 2017 com 3% de aprovação popular (VERDÉLIO, Agência Brasil 2017).

A partir de 2017, a coordenação do Movimento, sentindo a instabilidade política e a possível perda de direitos civis da população para uma onda neoliberal, resolve criar brigadas de trabalho de base, ou seja, decidem recrutar e formar novos militantes para aumentarem sua força para o trabalho de base do Movimento e comporem o corpo do Movimento.

As brigadas que surgiram nesse processo são: a brigada de Formação (de novos brigadistas e militantes), a da Saúde, a de Arquitetura, a de Comunicação (mídia), a Jurídica e a de Trabalho de Base.

Em 2018 aconteceram as eleições, as quais utilizaram métodos antidemocráticos (como as fake news) para a candidatura de Jair Bolsonaro. No atual governo, todos os direitos básicos estão em cheque, e programas como Minha Casa Minha Vida praticamente somem de perspectiva. O próprio presidente duvida de sua capacidade em governar “Eu não nasci para ser presidente”, disse em discurso no Palácio do Planalto (REDAÇÃO, Brasil de Fato).

Em meio a tal desgoverno e por tantas ameaças aos direitos das maiorias nesse contexto conservador da atualidade, o MTST aposta na unidade entre os setores populares organizados. Se forma, assim, a Frente Pelas Reformas Populares, que articula entidades como a Intersindical, a CUT (Central Única dos Trabalhadores), a UNE (União Nacional dos Estudantes), além de setores de Igrejas e partido políticos de esquerda. Os principais eixos da frente são:

- Lutas pelas reformas populares
- Enfrentamento das pautas de direita na sociedade, no Congresso, no Judiciário e nos Governos
- Contra o ataque aos direitos trabalhistas, previdenciários e investimentos sociais
- Contra a repressão às lutas sociais e o genocídio da juventude negra pobre e periférica

(SIMÕES, CAMPOS, RUD 2017, p. 115).

Essa estruturação foi como um ponto de partida para a criação da Frente Povo sem Medo que representa uma transformação na esquerda e no campo popular, já que é uma iniciativa que aglutina diferentes organizações (algumas diretamente ligadas a partidos políticos e outras a diferentes movimentos sociais autônomos). Para a Frente, a crise estrutural e internacional que vivemos não pode recair apenas nos ombros dos pobres, deve-se construir uma alternativa popular que responsabilize os ricos. Para isso, aposta-se no trabalho de base- principalmente nas periferias- movimentando as bases para uma transformação social efetiva.(SIMÕES, CAMPOS, RUD 2017).

(...) uma ampla pressão de mobilização social por fora do sistema político. O grande desafio hoje é reconstruir um ciclo de mobilização social no país recuperando as ruas como espaço de fazer política. (...) Para isso, naturalmente, é preciso recuperar as formas de trabalho, a metodologia de um trabalho de base que foi perdida pela esquerda (BOULOS, entrevista com a revista Territórios Transversais, apud. SIMÕES, CAMPOS, RUD 2017 p. 120).

Sobre a trajetória do movimento concluo elucidando os autores, tão importantes para essa parte da pesquisa:

A trajetória do MTST aponta para um trabalho conjunto entre a ação cotidiana territorial, a partir das ocupações e da luta por moradia, por meio de experiências diversificadas de organização nos territórios, e também a capacidade de incidir sobre a conjuntura política do país, de acordo com a força social que se movimenta. As necessárias transformações sociais no Brasil não serão resultados de submissão a interesses internacionais e da elite conservadora, e tão pouco de uma vontade abstrata, adotada por uma postura pretensamente radical. Não haverá um Brasil livre do Neoliberalismo e do vampirismo capitalista sem uma ação social das maiorias. (SIMÕES, CAMPOS, RUD 2017 p.124).

5.1

O encontro com o sonho de uma transformação social

“Não se pode interpretar um sonho, se não se sonha um pouco junto com ele”
(CALDART)

Após o golpe, com a instabilidade política vivida, criou-se o processo de formação de trabalho de base (citado anteriormente).

No final de 2018 entrei no segundo ano do processo de formação de trabalho de base. Durante o ano de 2019, passamos trabalhando para que eventos, reformas, reuniões e manifestações acontecessem na região do Grajaú, zona periférica de São Paulo (cada grupo se dirigiu a uma ocupação do movimento na cidade). Em paralelo a isso, participamos de diversos eventos de formação militante, nos quais, companheiros(as) da Brigada de Formação, formularam encontros, nos quais os textos e discussões compunham o caráter teórico da militância.

Uma das ações mais significativas de nossa brigada foi o “Encontro das Sementes”, um evento cultural, na praça São José, no Grajaú, na qual organizamos

apresentações musicais, de poesia e intervenções artísticas no geral. O que foi interessante é que os moradores da região, mesmo sem estarem ligados ao Movimento, participaram e criaram junto, realizando intervenções urbanas (como pixos e grafites) e somando ao evento. A ideia era isso se tornar algo frequente, contudo, com a reformulação do MTST, a continuação do projeto ficou em segundo plano.



Arte para a divulgação do evento:
Encontro das Sementes (minha autoria-
2019)

Em 2020, com o resultado de empreitadas das brigadas de trabalho de base, surgem novos projetos, como o cursinho popular, a horta comunitária e outros. Entre eles a vertente de alfabetização foi criada. Os antigos brigadistas se redirecionaram para as novas frentes de atuação.

E foi assim, então, que eu passei a fazer parte da Brigada de Alfabetização do MTST.

Sendo assim, com base em experiências prévias de alfabetização de jovens e adultos na ocupação Hugo Chávez, em Guarulhos, e da experiência na ocupação Vila Nova Palestina (nas quais profissionais da área de educação, não necessariamente militantes do Movimento se voluntariam para construir as aulas). Iniciou-se o processo de formação de novos brigadistas, agora voltado ao novo objetivo, de elaborar um projeto para alfabetizar aqueles militantes que não tiveram essa oportunidade e que, por algum motivo, não conseguem participar de aulas formais em EJA ou CIEJA.

Há questionamentos em relação às metodologias que seriam empregadas e quais textos serviriam de base. Como não sou a única da área das Artes no grupo -

existem pessoas das artes cênicas e do design, por exemplo- ocorreu de, quando começamos a elaborar a primeira aula, surgir a necessidade de se trabalhar com diversas linguagens e de se trazer as experiências de vida de cada um, à maneira da proposta freireana de alfabetização de adultos “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996), ainda que nem todos do grupo já tivessem acesso a tal teoria pedagógica.

Durante o ano de 2020, por conta da pandemia do COVID-19, e das eleições municipais na cidade de São Paulo (na qual Guilherme Boulos, importante figura do MTST foi candidato com fortes chances de ser eleito), o Movimento passou por momentos difíceis, até porque a base de sustentação da militância é justamente a arrecadação de presença em assembléias, eventos, manifestações e principalmente, ocupações.

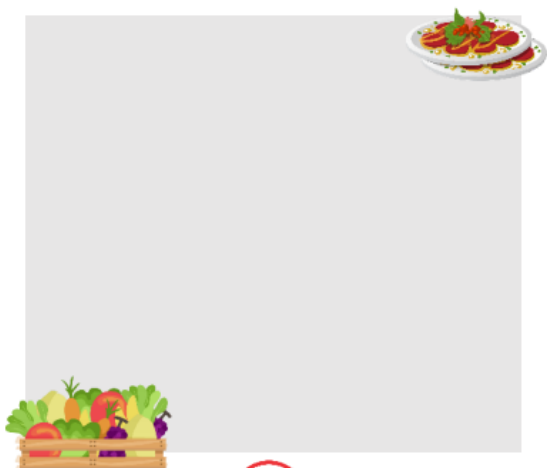
Nesse momento de tanta incerteza e mudança, a Brigada de Alfabetização confeccionou uma apostila para entregar junto com as cestas básicas que estavam sendo distribuídas, atrelada à uma campanha de solidariedade.

O processo de elaboração dessa apostila se deu em reuniões e trocas entre os componentes da Brigada. Houve sempre a preocupação de elaborar atividades que conversassem com os os interesses e a realidade dos acampados, como é o exemplo da atividade da comida (um interesse muito compartilhado entre a grande parte das pessoas).

Outra preocupação foi de construir atividades que fugissem da visão da escrita como simples código, trazendo outras referências e discussões que consideramos importantes de se ter mesmo que fossem ser trabalhadas a distância (discussões como racismo, machismo, homofobia e imigração e referências como obras de arte e músicas que pudessem ser discutidas e analisadas), como é o exemplo da atividade “Que nem jiló”.

COMIDA

QUAL SUA **COMIDA** **FAVORITA**? VOCÊ TEM UMA **LEMBRANÇA** BOA DE ALGUMA COMIDA ESPECIAL? QUAL? CONTE PARA A GENTE ABAIXO! (**DESENHE OU ESCREVA**)



O ALFABETO

A B C D E F G H I J K L M
N O P Q R S T U V W X Y Z

NESSE CONJUNTO, EXISTEM **VOGAIS** E **CONSOANTES**:

A - E - I - O - U SÃO AS **VOGAIS**

TODAS AS OUTRAS LETRAS SÃO AS **CONSOANTES**.

ESCREVA ABAIXO AS **CONSOANTES**:



MÚSICA

QUE NEM JILÓ
(LUIZ GONZAGA)



SE A GENTE LEMBRA SÓ POR LEMBRAR
DO AMOR QUE A GENTE UM DIA PERDEU
SAUDADE ATÉ ASSIM É BOM
PRO CABRA SE CONVENCER QUE É FELIZ SEM SABER
POIS NÃO SOFREU

PORÉM SE A GENTE VIVE A SONHAR
COM ALGUÉM QUE SE DESEJA REVER
SAUDADE ENTÃO AÍ, É RUIM
EU TIRO ISSO POR MIM QUE VIVO DOIDO A SOFRER

AI QUEM ME DERA VOLTAR PROS BRAÇOS DO MEU XODÓ
SAUDADE ASSIM FAZ ROER, AMARGA QUE NEM JILÓ
MAS NINGUÉM PODE DIZER QUE ME VIU TRISTE A CHORAR
SAUDADE O MEU REMÉDIO É CANTAR...



O QUE AS PALAVRAS ABAIXO **TÊM EM COMUM**?

CANTAR – CHORAR – SOFRER – REVER – SONHAR – SABER

O QUE ESTAS PALAVRAS **REPRESENTAM**?

QUAIS OUTRAS PALAVRAS PODEM **PERTENCER A**
ESSE GRUPO?



Nos dividimos em grupos de whatsapp (rede social de maior aderência entre os militantes) para cada ocupação. Cada um de nós, fazíamos vídeo-aulas -e posteriormente decidimos por realizar podcasts por serem mais acessíveis tanto no uso de dados, quanto ao momento que se escuta, não precisando olhar para tela- explicando as atividades da apostila. Isso acontecia toda segunda-feira, e assim, tirávamos as dúvidas ao longo da semana.

Por se tratar de pessoas que não tiveram a oportunidade de confinamento, e muitas delas trabalharam todo o período pandêmico, além de serem em sua maioria mais idosos e terem dificuldades no acesso a redes sociais, a diversidade de necessidades foi grande e a adesão foi rara. Mesmo assim, não paramos de realizar as aulas e mandar mensagens para os estudantes, já que tínhamos, também, uma preocupação com o bem-estar físico e emocional deles, e queríamos nos certificar que estavam bem.

Agora neste novo ano, nos preparamos para a possibilidade de retomar os encontros presenciais, e por isso se faz tão importante pensar em teorias e práticas para fundamentar nossa ação. Ainda mais, que temos no horizonte a consolidação de um Setor de Educação (um setor tem mais amplitude e estruturação que uma brigada, além de possuir mais autonomia no que diz respeito a projetos e atuação). É um processo lento, que está se iniciando agora, por isso também temos que planejar e refletir para agir.

Urge nessa situação a reflexão e o questionamento: O que queremos com as propostas educacionais do movimento? Onde, em quais teorias e experiências vamos nos apoiar? Assim estamos caminhando e construindo quais serão nossos princípios filosóficos e pedagógicos. Estamos falando de um movimento relativamente jovem, pouco mais de 20 anos, e que vem se construindo a partir de muita luta e conquista. Por isso se faz tão importante pesquisar e analisar outras experiências de educação popular e de movimentos sociais para nos entendermos neste movimento. E como visto, o MST faz parte da história do MTST, o que faz com que essa ponte seja ainda mais significativa.

6-Considerações finais : Semear, colher e construir um futuro diferente

Este trabalho se construiu em um movimento de olhar para os cultivos do passado, já podendo avaliar colheitas, para semear um futuro na perspectiva de novas mudanças de realidades sociais. Olhar para as experiências promissoras e conhecimentos já produzidos, para elaborarmos uma prática nova com especificidades e desafios diferentes.

O processo de analisar e beber da fonte de um projeto educacional e cultural, tal como o do MST, é potencialmente significativo para o MTST. Entendendo as bases teóricas que estão por trás das atividades já postas em práticas, podemos construir de modo mais consciente o que queremos, enquanto setor de educação e enquanto movimento social.

Alguns pontos merecem especial relevância nas considerações finais do presente trabalho. Por exemplo, a articulação intrincada dos campos da arte, cultura e educação. Esse diálogo e sua interligação são extremamente potentes para uma transformação social significativa e para a formação crítica e cidadã.

Essa transformação, ou melhor, esse ímpeto em transformar, nunca pode sair de nossos horizontes, “Em cada época devemos arrancar a tradição do conformismo” (BENJAMIN 1996 pg. 224). A realidade na qual estamos inseridos é profundamente injusta e desigual. Há séculos que o capitalismo vem se estruturando e se consolidando nas relações humanas, culminando no hoje chamado neoliberalismo. Mesmo assim, não podemos considerar o sistema como dado, naturalizando-o em pensamentos como: “é assim mesmo” ou “não tem jeito, não tem como mudar”.

Por isso, também, textos e reflexões sobre o passado se fazem tão presentes e tão fundamentais para o entendimento do mundo em que vivemos. Mantendo sempre em perspectiva que essa injustiça espelha a luta de classes (e vice versa), Benjamin coloca a luta sendo justamente por coisas materiais, sem as quais não é possível desenvolver as “refinadas e espirituais”, como, assim, o autor continua:

Mas na luta de classes essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma de

confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos. Elas questionarão sempre, cada vitória dos dominadores. Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças ao seu misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o céu, que se levanta no céu da história.(BENJAMIN 1996 p. 224)

Essa perspectiva de uma história, de luta e de conquistas, é muito bela e o papel de seu repasse, não limitado às narrativas hegemônicas, é fundamental para todas as trocas humanas, inclusive, as geracionais, favorecendo a atribuição de significado ao mundo.

É por esses significados, por essas trocas e por essa crença em um mundo melhor, que procuro entender e atuar no mundo, como contadora de histórias. Assim, a Educação e a Arte me abriram um caminho para criar, e experienciar o mundo de um modo mais expressivo.

A educação popular articulada às experiências artísticas e culturais, portanto, se fazem presentes e essenciais para essa transformação social de modo significativo e potente, tanto no âmbito coletivo quanto no individual.

As questões elucidadas nesta pesquisa são válidas pensando não só no contexto desses dois movimentos sociais - MST e MTST -, mas também, para diversas iniciativas e movimentos que entendem a importância da Educação Popular, como a de se inserir perspectivas artísticas e de atribuição de significado em nossas vidas e nossos fazeres, na vida. Como traduz Paulo Freire nesse relato de experiência:

Certa vez, uma alfabetizanda nordestina discutia, em seu círculo de cultura, uma codificação que representava um homem que, trabalhando o barro, criava com as mãos, um jarro. Discutia-se, através da "leitura" de uma série de codificações que, no fundo, são representações da realidade concreta, o que é cultura. O conceito de cultura já havia sido apreendido pelo grupo através do esforço da *compreensão* que caracteriza a leitura do mundo e/ou da *palavra*. Na sua experiência anterior, cuja memória ela guardava no seu corpo, sua *compreensão* do processo em que o homem, trabalhando o barro, criava o jarro, compreensão gestada sensorialmente, lhe dizia que fazer o jarro era uma forma de trabalho com que, concretamente, se sustentava. Assim como o jarro era apenas o objeto, produto do trabalho que, vendido, viabilizava sua vida e a de sua família.

Agora, ultrapassando a experiência sensorial, indo mais além dela, dava um passo fundamental: alcançava a capacidade de *generalizar* que caracteriza a "experiência escolar". Criar o jarro como o trabalho transformador sobre o barro não era apenas a forma de sobreviver, mas também de fazer *cultura*, de fazer *arte*. Foi por isso que, relendo sua leitura anterior do mundo e dos que-fazeres no mundo, aquela alfabetizanda nordestina disse segura e orgulhosa: "Faço cultura. Faço isto". (FREIRE, 2001, p. 13)

REFERÊNCIAS

- BALDUINO, Ludimilla. **No Dia Nacional da Alfabetização, conheça a luta do MST pela erradicação do analfabetismo**, MST 14 nov. 2020. Disponível em <https://mst.org.br/2020/11/14/no-dia-nacional-da-alfabetizacao-conheca-a-luta-do-mst-pela-erradicacao-do-analfabetismo/>. Acesso em 05 fev. 2021
- BARBOSA, Ana M. **Tópicos Utópicos**. Belo Horizonte, Editora C/Arte, 1998.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth et al. **Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia**. Revista de Economia Contemporânea, 2017.
- BENJAMIN, Walter. Walter Benjamin: **Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.
- CALDART, Roseli Salete. **Sem-terra com poesia: a arte de re-criar a história**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2017.
- CASTILHOS, Roniara; MATOSO, Filipe. **Tamanho da área indígena é abusivo, diz Bolsonaro em ato do conselho da Amazônia**, 11 fev. 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/02/11/tamanho-de-area-indigena-e-abusivo-diz-bolsonaro-em-ato-do-conselho-da-amazonia.ghtml>. Acesso no dia 14 jan. 2021
- CUBA, EcuRed: **Programa cubano de Alfabetização, Yo Sí Puedo** [2021] Disponível em: https://www.ecured.cu/Programa_cubano_de_Alfabetizaci%C3%B3n_Yo_S%C3%AD_Puedo. Acesso no dia 15 fev. 2021
- DANTAS, Vera Lúcia; LINHARES, Ângela Maria Bessa. **Círculos de cultura: problematização da realidade e protagonismo popular**, curso de aperfeiçoamento em educação popular em saúde, 2014.
- FEITOSA, Sonia Couto Souza. **Método Paulo Freire-Princípios e Práticas de uma Concepção Popular de Educação**, 1999.
- FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política**. *Serviço Social & Sociedade*, n. 135, p. 346-363, 2019.
- FREIRE, Paulo. **Carta de Paulo Freire aos professores**. *Estudos avançados*, v. 15, n. 42, p. 259-268, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo, Editora Paz e terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo; CAMPOS, Marcio. **Leitura da palavra... leitura do mundo**. Obra de Paulo Freire; Série Entrevistas, 1991.

FUENTE, Álvaro. **Sim, eu posso acabar com analfabetismo**, El País 20 jan. 2017. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/11/economia/1484157646_626884.html Acesso em 9 dez. 2020

GARCÍA, Laura Domínguez; MAZZEU, Francisco José Carvalho; POROLONICZAK; APARECIDA, Juliana. **Contribuição para a análise do método cubano de alfabetização ‘yo, sí puedo’ (sim, eu posso) à luz da abordagem histórico-cultural**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, p. 2517-2537, 2016.

HOOKS, Bell. **O Amor como a prática de liberdade**. Acesso em, v. 17, 2017.

IBGE, **Habitação [2021]** Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao.html>. Acesso dia 14 jan. 2021

IMAZON, Redação. **Agosto registra o pior índice de desmatamento na Amazônia nos últimos dez anos**. 15 set. 2020. Disponível em <https://imazon.org.br/imprensa/agosto-registra-o-pior-indice-de-desmatamento-na-amazonia-dos-ultimos-dez-anos-mostra-imazon/>. Acesso dia 14 jan. 2021

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo. Editora Alínea. 1991.

MICHAELIS, M. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo, Melhoramentos, 2015.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2001.

MST, **Quem Somos**. MST Site Institucional [2021] Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso 07 jan. 2021

MST, **Cultura e Reforma Agrária Popular, Caderno de Cultura n.1**, 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/biblioteca-da-questao-agraria/>. Acesso 07 jan. 2021

PALUDO, Conceição. **Educação popular como resistência e emancipação humana**. Cadernos CEDES. Campinas, SP. Vol. 35, n. 96, (maio/ago. 2015), p. 219-23, 2015.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu. **Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível**. Revista HISTEDBR On-line, v. 10, n. 40, p. 72-89, 2010.

FÓRUM, Redação, **MTST ocupa avenida Paulista, e diz que vai ficar**, 16 fev. 2017.

Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2017/02/16/mtst-ocupa-a-avenida-paulista-e-diz-que-vai-ficar>. Acesso 19 jan. 2021

SCOPEL, Edna Graça; OLIVEIRA, Edna Castro. **Experiências e práticas de educação popular na formação do trabalhador**. Linguagens, Educação e Sociedade, n. 39, p. 229-256, 2018.

SEVERO, Valdete. **Jair Bolsonaro traz discurso de ódio como fala oficial da Presidência**, Carta Capital, 06 ago. 2019 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaol/jair-bolsonaro-traz-discurso-de-odio-como-fal-a-oficial-da-presidencia/> Acesso dia 08 fev. 2021

SIMÕES,Guilherme; CAMPOS, Marcos; RUD, Rafael. **MTST: 20 anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil**. Autonomia Literária, 2017.

STÉDILE,João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. In: Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 1999. p. 167-167.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. **Dicionário Paulo Freire**. Brasil. Editora Autêntica, 2015.

TORRES, Alfonso. **Educación Popular, trayectoria y actualidad**. Caracas: Universidad Bolivariana de Venezuela, 2007.

VERDÉLIO, **Andeia Popularidade de Temer tem 3 % de aprovação, diz pesquisa CNI/IBOPE**. 28 set. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-09/popularidade-de-temer-tem-3-de-aprovacao-diz-pesquisa-cniiboep> . Acesso 19 jan. 2021

